



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS: UM OLHAR PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA.**

ANDRELIANA LOPES PEREIRA

ORIENTADORA: FERNANDA RODRIGUES GUIMARÃES

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

ANDRELIANA LOPES PEREIRA

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS: UM OLHAR PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Fernanda Rodrigues Guimarães

BRASÍLIA/2015

PEREIRA, A. Lopes. *Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar para a prática pedagógica*, Brasília- DF, novembro de 2015. 68 páginas. Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UnB.

Monografia do Curso de Pós Graduação em Inclusão, Educação e Desenvolvimento Humano.

IP– UnB/UAB

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRELIANA LOPES PEREIRA

INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: UM OLHAR PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em ___/___/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

FERNANDA RODRIGUES GUIMARÃES

MARIA TEREZA BARROS VIANA (Examinador)

ANDRELIANA LOPES PEREIRA

BRASÍLIA/2015

À minha mãe que me incentivou para que eu concluísse cada etapa dos meus estudos e chegasse até aqui. À minha filha pelo fato de existir em minha vida e torná-la mais completa a cada dia. À minha amiga Rejane que me incentivou a participar do curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me concedeu a oportunidade de viver e concluir mais uma etapa em minha vida.

À professora Fernanda Rodrigues Guimarães, pela dedicação, orientação e empenho.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso deste trabalho.

Agradeço a todas as pessoas que colaboraram como participantes da pesquisa, em especial à Dilma e a Cleidemar pela boa vontade demonstrada em ajudar-me.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar o processo de inclusão escolar a partir da prática pedagógica docente em uma escola da rede estadual de Ipatinga. Além disso, pretendeu-se compreender a concepção da equipe pedagógica a respeito da inclusão e analisar como se organiza essa prática em classes inclusivas. Fundamentou-se na abordagem qualitativa, tendo como instrumento principal o uso de entrevista semiestruturada, observações em sala de aula e a análise do Projeto Político Pedagógico da referida escola. O estudo revelou que as professoras entrevistadas percebem a inclusão como um processo que visa a participação de todos os alunos, independentemente do tipo de necessidade educacional especial apresentada. Em se tratando da mãe do aluno com necessidades educacionais especiais, observou-se que ela não tem um conceito claro a respeito da inclusão, relacionando-o, apenas, à presença de uma professora de apoio, exclusiva para seu filho. Percebe-se a importância da escola esclarecer informações à família das pessoas com desenvolvimento atípico, a fim de que elas se apropriem de seus direitos e possam colaborar com a escolarização de seus filhos. Analisando-se como se organiza a prática pedagógica docente na referida escola, observou-se que a professora regente leva em conta a perspectiva inclusiva, partindo das dificuldades apresentadas pelos alunos e preocupando-se em oferecer-lhes o auxílio necessário. Em referência aos aspectos relacionados ao processo de inclusão na escola, nota-se que a professora regente atribui, ao curso de graduação, um importante papel na sua atuação, bem como os cursos de capacitação. Em atenção ao Projeto Político Pedagógico da Escola, verifica-se que nenhum deles está direcionado para alunos em situação de deficiência, embora seus objetivos contemplem ações relacionadas à inclusão. Isso pode demonstrar que, embora a escola se proponha inclusiva, ainda não consegue implementar ações concretas relacionadas à inclusão.

Palavras-Chave: inclusão, prática pedagógica, formação docente.

ABREVIACÕES

CEB Câmara de Educação Básica

CNE Conselho Nacional de Educação

DSM Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

IDEB Índice de Desenvolvimento Humano

MEC Ministério da Educação e Cultura

ONU Organização das Nações Unidas

UAB Universidade Aberta do Brasil

UnB Universidade de Brasília

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ZPD Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1ª PARTE: MEMORIAL ACADÊMICO	12
2ª PARTE: TRABALHO MONOGRÁFICO	13
1.INTRODUÇÃO	13
2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 SEGREGAÇÃO, INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO ESCOLAR: EIS A QUESTÃO! ...	15
2.2 DOCÊNCIA E INCLUSÃO ESCOLAR: FORMAS DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	19
2.3 FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL: ENTRAVES PARA LIDAR COM A INCLUSÃO ESCOLAR	23
3. OBJETIVOS	28
4.METODOLOGIA	29
5.RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
5.1 CONCEITOS DE INCLUSÃO ESCOLAR NA PERCEPÇÃO DOS SEUS ATORES: MÃE, COORDENADORA E PROFESSORA REGENTE	38
5.2 PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR: A REALIDADE DA ESCOLA CANTINHO DO PARAÍSO	43
5.3 FORMAÇÃO DOCENTE E ORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA: A RELAÇÃO DESSES ASPECTOS NO CONTEXTO DA INCLUSÃO	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista com o professor regente	62
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista com Coordenador Escolar	63
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista utilizado com os pais	64
ANEXOS	65
ANEXO A – ACEITE INSTITUCIONAL	65
ANEXO B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	66
ANEXO C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	67
ANEXO D: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Cronograma de entrevistas -----	34
Quadro 02 – Cronograma de observações -----	35

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Momentos históricos da educação: segregação, integração e inclusão ----- 18

MEMORIAL ACADÊMICO: MINHA TRAJETÓRIA!

Iniciei minha vida acadêmica no Curso de Letras – Francês e o concluí no ano de 2000. Atuei durante alguns anos como professora de língua portuguesa para alunos do ensino fundamental II e ensino médio, mas o meu grande desejo era trabalhar com crianças. Como fiz magistério no ensino médio, comecei a lecionar em uma escola da rede particular com educação infantil. Isto foi a motivação que eu precisava para me matricular e concluir o Curso de Pedagogia. A partir daquele momento decidi não trabalhar mais com a disciplina de língua portuguesa e optei por trabalhar com a educação infantil e ensino fundamental I. A cada dia penso que fiz a escolha certa, pois estar no dia a dia com as crianças é algo que me traz muitas alegrias e, apesar de toda a impaciência que elas demonstram ter, procuro lidar com este desafio e aceitá-las como são.

Acredito que lecionar é um dom e um privilégio, apesar da desvalorização sofrida pela profissão no país; quando penso que através do meu trabalho eu tenho diariamente a oportunidade de contribuir para um mundo melhor, fico encantada! Quando surgiu a oportunidade de ingressar no curso de especialização, confesso que imaginei que seria muito difícil tendo em vista a minha carga horária de trabalho, que é de 9 horas diárias. Apesar disso, enfrentei os desafios e me dediquei, procurando sempre fazer o meu melhor. O curso contribui muito para a minha prática docente e me fez acreditar na capacidade de todos os alunos.

A escolha do tema da minha pesquisa monográfica se deu em vista das indagações da realidade da escola em que eu atuo. São indagações que ouvi várias vezes de colegas de trabalho. Foi possível perceber que a inclusão é um trabalho conjunto e que não é possível realizá-lo sozinha. É necessária a mobilização de todos: professores, familiares, equipe pedagógica e governantes. Pode ser comparada a uma corrente, e se um elo se quebra, compromete todo o trabalho.

As reflexões que foram sendo construídas ao longo do estudo, me fizeram perceber que o aluno é um ser único e que não há receitas prontas com garantias de que vão dar certo para desenvolver um trabalho na área da inclusão.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivos analisar o processo de inclusão escolar a partir da prática pedagógica docente em uma escola da rede estadual de Ipatinga. Além disso, pretendeu-se compreender a concepção da equipe pedagógica a respeito da inclusão e analisar como se organiza essa prática em classes inclusivas. Nesse sentido, questionou-se em que medida a formação docente é favorecedora do processo de inclusão escolar. Sabe-se que o estudo a respeito da inclusão, de acordo com Kelman (2010), não apresenta receitas prontas, tendo em vista que cada ser humano é único e apresenta suas especificidades. Portanto, não é possível afirmar que exista um modelo de educação inclusiva pronto que dará certo com todos.

O interesse e a importância de se realizar essa pesquisa se deram ao se observar as dificuldades encontradas pelos profissionais da educação em participar do processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares de ensino. Notou-se que, na ausência do professor de apoio, e diante da necessidade de garantir a aprendizagem e o desenvolvimento desses alunos, muitos se mantêm integrados, ao invés de incluídos. Salienta-se, aqui, que com a criação das políticas públicas relativas à inclusão criou-se possibilidades para garantir a igualdade e o acesso de todos à educação. Do mesmo modo, surgiu, também, uma preocupação com a aprendizagem, procurando-se respeitar os limites e as características específicas de cada um. Notadamente o processo de inclusão se diferencia da integração, que se refere, na maioria das vezes, à socialização da criança com os pares, sem a garantia de aprendizagem de conteúdos.

A prática pedagógica no contexto escolar é como um pilar. É o que sustenta o dia a dia da escola. Em se tratando do processo de inclusão ela também é fundamental. Assim como não há escola sem aluno, também não há escola inclusiva sem o auxílio do professor. É ele quem media os processos interativos e de aprendizagem dos alunos, assim como também é ele quem planeja e administra a aula, considerando as especificidades de cada aluno. Sendo assim, a figura do professor, construindo as aulas, criando estratégias e metodologias para alcançar as diferentes necessidades apresentadas pelos alunos é fundamental. Diante dessas questões e, na intenção de elucidar os aspectos acima apontados, o primeiro capítulo deste estudo aborda a fundamentação teórica, a qual está dividida em três partes: integração ou inclusão escolar: eis a questão! Educação integracionista e inclusiva: conceito histórico e

social; docência e inclusão escolar: formas de intervenção pedagógica e formação docente no Brasil: entraves para lidar com a inclusão escolar.

O segundo capítulo traz a fundamentação teórica onde são discutidos os questionamentos e dúvidas que podem surgir ao longo do processo da inclusão e apresentadas as opiniões dos autores estudiosos sobre o assunto. O capítulo foi dividido em subtópicos que serão descritos a seguir: Segregação, integração ou inclusão escolar: eis a questão! Docência e inclusão escolar: formas de intervenção pedagógica e a Formação docente no Brasil: entraves para lidar com a inclusão escolar.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SEGREGAÇÃO, INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO ESCOLAR: EIS A QUESTÃO!

O primeiro questionamento que se pode fazer quando se pensa em inclusão escolar é sobre como ela surgiu e a quem é destinada. Incluir, de modo geral, significa acolher cada indivíduo com suas limitações e potencialidades, procurando criar estratégias que garantam o exercício pleno da cidadania. Incluir, no contexto da escola, implica em primeiro lugar ver o outro como um ser singular, criando possibilidades de aprendizagem para que ele aprenda e se desenvolva, independente da condição física ou intelectual.

A educação inclusiva surgiu e evoluiu a partir de dois grandes encontros internacionais: a Conferência Mundial de Educação para Todos, no ano de 1990, e a Conferência Mundial de Educação Especial, em 1994. Dessa última, originou o importante documento conhecido como Declaração de Salamanca, no qual foi estabelecido, no ano de 1994, que todos deveriam ter direitos iguais, com acesso à educação. Em razão disso, os meios adequados deveriam ser providenciados para garantir, além do acesso, a permanência no contexto escolar. Dessa forma, cada país deveria se responsabilizar e buscar soluções para que este objetivo fosse atendido. Em 2006 foi aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2010), onde o Brasil é signatário, na qual consta em seu artigo 24 que:

Os estados partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os estados partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida [...] (p.11)

O artigo mencionado explicita que a partir da aprovação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência realizada em 2006, os Estados que participaram assumiram o compromisso de assegurar um sistema educacional que incluía a todos, sem discriminação. Os estados também asseguram que as pessoas com deficiência terão direito à aprendizagem e não somente número de vagas nas escolas.

Segundo Beyer (2006), a educação inclusiva caracteriza-se como um novo princípio educacional, que traz como conceito fundamental a defesa da heterogeneidade nas salas de

aula. A partir daí a escola assume um papel de receber a todos, porém, isto não significa que todos irão aprender da mesma maneira. Por isso, a importância da escola reorganizar o currículo para atender a todos os alunos, com ou sem deficiência.

A proposta da educação inclusiva visa atender as diferentes necessidades educacionais especiais, mas, para que isso ocorra. Garcia (2007) esclarece que várias mudanças são necessárias no contexto escolar. Segundo ele, desde que esse processo surgiu tem causado grandes impactos como, por exemplo, nas questões curriculares e na formação dos professores. Nessa perspectiva, o autor propõe mudanças na organização escolar, buscando soluções que atendam as demandas atuais. Além das questões apontadas por Garcia (2007), Serra (2006) confirma que muitas devem ser as mudanças que precisam ocorrer na escola para promover a aprendizagem dos alunos com deficiência e torná-la inclusiva de fato. De acordo com o autor:

É preciso sair do modelo de integração em direção ao modelo da inclusão, pois, enquanto a integração significa a abertura da vaga para o portador de necessidades especiais, mas não a adaptação da organização da escola para recebê-lo, a inclusão só é inclusão porque faz uma série de adaptações, de grande e pequeno porte, para melhor receber o aluno e promover a aprendizagem. (p. 19)

As reflexões acima demonstram que para considerar uma escola inclusiva não basta abrir as portas e acolher a todos os alunos que buscam por vagas. É preciso realizar adaptações para que a aprendizagem aconteça e estas mudanças vão desde o espaço físico à organização curricular, levando-se em conta que cada aluno aprende de uma maneira o que não é diferente com o aluno em situação de deficiência. Na maioria das situações ele não aprende nos padrões da maioria das pessoas, mas, de acordo com o seu potencial e as suas limitações.

Em se tratando da integração, mencionada no início desta seção em contraponto à inclusão, observa-se que os primeiros movimentos surgiram nos países nórdicos, quando se questionaram as práticas escolares da segregação. Uma das denominações que podem ser dadas à integração é a chamada *mainstreaming*, que significa corrente principal. Nessa perspectiva pedagógica os alunos são aceitos, mas não se garante que eles irão adquirir competências necessárias para seguir para a próxima etapa escolar. Além disso, nesse sistema

de ensino a escola não passa por uma reorganização para atender as necessidades educacionais dos alunos.

O modelo de integração, não considera as diferenças. Alunos com variados tipos de necessidades educacionais são inseridos nas classes de ensino regular como quaisquer outros e, para que se desenvolvam no âmbito da aprendizagem, precisam se adaptar às metodologias de ensino oferecidas pela escola. Esta, na maioria das vezes, não se encontra preparada para dar a este aluno o suporte necessário que ele precisa para aprender. É inegável que a integração foi um importante passo para acabar com a segregação e que também foi muito significativa para os avanços da educação inclusiva. Está claro que não se trata de um modelo de educação ideal, entretanto, a partir dela foi possível perceber a importância da convivência com as diferenças na formação social de cada aluno.

A principal questão que surge em relação à inclusão diz respeito à sua diferença relativa ao movimento de integração. Pelo que foi possível perceber nos conceitos apresentados acima, a inclusão visa acabar com a separação de alunos com deficiência e alunos sem deficiência. Esse processo propõe que há apenas crianças e adolescentes que compõem a comunidade escolar, e que apresentam necessidades variadas de aprendizagem. Sendo assim, é preciso garantir a estes alunos um sistema de ensino que os acolha, independentemente de qual seja a necessidade apresentada. Em se tratando da integração. Como foi mencionado, consiste na permanência da criança na escola, sem que necessariamente as suas necessidades educacionais sejam levadas em consideração. Na integração há a separação dos alunos em dois grupos: crianças com necessidades educacionais especiais e crianças sem necessidades educacionais especiais

De acordo com o Beyer (2006), historicamente não há como dissociar o projeto de educação integradora do projeto de educação inclusiva. O que há é uma evolução conceitual que foi surgindo a partir das experiências desenvolvidas pelo mundo. Estas experiências resultaram no amadurecimento do que deveria ser o processo pedagógico que atendesse coerentemente a todos os alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no ensino regular. Para ilustrar com clareza os diferentes momentos históricos do sistema educacional, Beyer (2006) utiliza um quadro em que a história da educação inicia-se com a segregação. Nele, demonstra a exclusão total onde há a separação das crianças com desenvolvimento atípico das crianças com necessidades educacionais especiais; em seguida demonstra o movimento de integração, no qual estas crianças estão integradas ao sistema de

ensino, mas sem a garantia de um processo pedagógico que as atenda e, finalmente, apresenta a inclusão, onde todas as crianças são acolhidas pelo sistema educacional e cujo plano pedagógico deve adaptar-se às suas necessidades. O exposto a seguir:

Figura 1: Momentos históricos da educação: segregação, integração e inclusão.



Fonte: Beyer, 2006.

De acordo com a figura acima é possível verificar que a educação inclusiva transitou por várias fases até chegar aos dias atuais e todas elas foram importantes para que ocorressem as mudanças percebidas hoje. O conceito de inclusão é inovador e se refere a um processo dinâmico, capaz de contemplar aquilo que é inerente à constituição humana: as diferenças. Não há pessoas iguais e, em muitos momentos da vida qualquer pessoa pode apresentar necessidades especiais temporárias ou definitivas. É preciso que os professores se abram a essa questão e que capacitem para serem colaboradores da garantia desse direito. A esse respeito, Mittler e Peter (2003) afirmam:

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças, diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas aquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais”. (p.16)

Os autores chamam a atenção para o fato de que não basta que a escola aceite a todas as crianças sem criar estratégias de ensino capazes de suprir as necessidades apresentadas por elas. O professor precisa comprometer-se e realizar intervenções pedagógicas procurando adequar o nível de aprendizagem das crianças à etapa escolar em que elas se encontram. Para Mittler e Peter (2003), este é um dos grandes desafios que a educação enfrenta atualmente. Analisando-se a realidade das escolas públicas de Minas Gerais, um dos estados brasileiros, nota-se que o processo não é diferente das demais escolas. Segue-se uma Matriz Curricular com eixos norteadores, capacidades e conteúdos que devem ser ensinadas, avaliadas e consolidadas em cada ano escolar. Ao final de cada ciclo os alunos passam por avaliações do governo estadual e federal. As notas destas avaliações geram o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) da escola e este determina se a escola é ou não de qualidade. Todos os alunos com ou sem deficiência realizam esta avaliação, mas infelizmente não há flexibilidade do currículo para atender à realidade da escola.

Delors (2001) acrescenta que educar vai muito além de ministrar conteúdos. Dentro da escola é possível que o aluno desenvolva várias habilidades que o auxiliarão para a vida toda. Em se tratando dos alunos em situação de deficiência é imprescindível respeitar os limites impostos e reconhecer que há neles potencial para aprender. Diante da afirmação feita por Delors, nota-se que o processo de inclusão escolar propõe o exercício da tolerância, do respeito à diversidade, do sentimento de solidariedade, de cooperação e do trabalho em grupo. Nesse sentido, um dos grandes desafios da inclusão escolar é aceitar e valorizar a diferença.

Com base nas questões aqui expostas, a próxima seção traz reflexões sobre o exercício da docência no contexto da inclusão escolar, discorrendo sobre formas de intervenção pedagógica e sua repercussão na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos em situação de deficiência.

2.2 DOCÊNCIA E INCLUSÃO ESCOLAR: FORMAS DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Exercer a docência é um desafio independente de se referir a uma classe regular ou inclusiva. Aqui, entende-se por docência a ação educativa baseada na interação entre professor, aluno e o objeto do conhecimento, com o objetivo de prepará-lo para a vida em sociedade. Para Freire (1996), a docência pressupõe a existência do discente, que é alguém

que tem a pretensão de construir conhecimento sobre algo, ao mesmo tempo em que também é capaz de ensinar coisas ao seu professor. Segundo o autor:

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (p. 22-23)

O que o Freire (1996) sabiamente nos afirma é que não existem saberes absolutos e muito menos professores que não podem aprender com seus alunos. Nota-se que o ser humano está em constante aprendizado, uma vez que a cada dia ele tem a oportunidade de aprender algo novo com aqueles que fazem parte da sua convivência. Para os professores que atuam com crianças deficientes essa realidade não é diferente. Esses indivíduos também entram na escola com um universo particular de conhecimentos e são capazes de ensinar muito àqueles com quem convive. Saber disso é importante por que orienta o professor quanto a sua prática, descentralizando-o da posição de poder, tão estimulada pelas correntes pedagógicas tradicionais.

Um aspecto relevante e que deve ser contemplado quando se fala sobre prática pedagógica diz respeito à atuação docente nesse contexto. Diversos estudos apontam que os professores precisam fazer, ainda em seus cursos de formação inicial, uma reflexão sobre as mudanças ocorridas na clientela recebida pelas instituições de ensino, de modo que reconheçam a heterogeneidade de uma classe escolar. O que se percebe é que a escola atual difere sobremaneira da escola de 15 ou 20 anos atrás. Hoje o reconhecimento da diversidade é um elemento constituinte das salas de aula e isso tende a ajudar o professor a compreender melhor o que vem a ser o processo de inclusão. De acordo com Mendes (2004):

Educar crianças com necessidades especiais juntamente com seus pares em escolas comuns é importante, não apenas para prover oportunidades de socialização e de mudar o pensamento estereotipado das pessoas sobre as limitações, mas também para ensinar o aluno a dominar habilidades e conhecimentos necessários para a vida futura dentro e fora da escola. (p.228)

Sabe-se que a inclusão é garantida por lei e que obrigatoriamente devem ser encontradas estratégias para torná-la efetiva, reconhecer as diferenças e o potencial presente em cada um e ajudá-lo a transformar a sua vida dentro e fora da escola é uma das funções do professor. Observar o aluno e perceber o que ele é capaz de fazer, aproveitar esta habilidade e

incentivá-lo a participar da aula, convidando-o a exercê-la em determinada situação, isso certamente o ajudará a se sentir bem diante da classe e o motivará a participar de situações de aprendizagem mais desafiadoras.

Alguns artigos publicados em revistas sobre inclusão tem refletido a respeito da atuação docente e sobre diferentes formas de acessibilidade dos alunos em situação de deficiência no contexto da inclusão. De acordo com Sasaki (1997) para que uma escola seja inclusiva é imprescindível que ela passe por medidas de adequação para o real acesso do aluno deficiente à educação. Dentre essas medidas estão: acessibilidade arquitetônica, comunicacional, instrumental, pragmática e atitudinal. Em se tratando da acessibilidade metodológica, o autor afirma:

Acessibilidade metodológica, sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc.), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc.). (INCLUSÃO - REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2005 p. 22 – 23.)

Neste tipo de acessibilidade o aluno não precisa se adaptar ao método de ensino e se sentir excluído a cada vez que não for capaz de concluir uma tarefa de acordo com os padrões pré-estabelecidos. E também não receberá tudo pronto ou terá atividades que pouco ou nada estimulem o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem. Com a possibilidade da acessibilidade metodológica o aluno em situação de deficiência será desafiado dentro dos seus limites e potencialidades. Isso pressupõe que a prática pedagógica do professor seja voltada para o conhecimento de cada um de seus alunos, levando em conta o modo como aprendem e a forma como melhor se desenvolvem.

Miranda (2008) p. 13, salienta que o professor deverá ser o incentivador no processo educativo da criança, pois o período em que estará com ela é de suma importância para o desenvolvimento de sua mente e do seu corpo. Neste sentido ele deve também se preparar para trabalhar com diferenças que se apresentarão, levando em conta a diversidade que compõe a sala de aula atual. Mas, como atender a essa diversidade no dia a dia da prática pedagógica? De acordo com os saberes e práticas da inclusão do MEC (2003), ainda que não se pretenda dar respostas conclusivas, sugere-se:

Elaborar propostas pedagógicas baseadas na interação com os alunos, desde a concepção dos objetivos; reconhecer todos os tipos de capacidades presentes na escola; sequenciar conteúdos e adequá-los aos diferentes ritmos de aprendizagem dos educandos; adotar metodologias diversas e motivadoras; avaliar os educandos numa abordagem processual e emancipadora, em função do seu progresso e do que poder vir a conquistar. (p.24)

Pelo exposto, espera-se que o professor seja capaz de desenvolver uma metodologia adequada para cada aluno ou grupo de alunos que se aproximem por níveis de aprendizagem, bem como também é esperado que seja construído um plano pedagógico educacional individual para os alunos com necessidades educacionais especiais, com metas a curto, médio e longo prazo a serem atingidas. Essas medidas, embora não possam definir a qualidade de uma prática, apontam caminhos que podem facilitar o andamento das atividades docentes e discentes em uma classe, seja ela inclusiva ou não.

Vygotsky (1994), problematizando o processo de construção do conhecimento e o papel do professor, apresenta-o como um mediador, alguém mais experiente que ajuda o aluno a ultrapassar as suas dificuldades e a aprender coisas novas. Para ele, é o professor quem o auxilia a vencer a etapa de transição entre o processo de aprendizagem e a concretização dela, sendo um elo entre o conhecimento e o ambiente para que o aluno seja capaz de atribuir sentido àquilo que está aprendendo. Ele é, também, alguém que o ajuda a adquirir autonomia, dentro e fora da sala de aula. Segundo o autor, para ser um mediador o professor precisa ter a habilidade para agir entre o sujeito e o objeto do conhecimento, baseando-se e investindo sempre nas interações sociais. Acrescenta, ainda, que podem ser mediadores do conhecimento tanto o professor quanto um colega de classe. Para Oliveira, 2002 a mediação pode ser definida como:

“O processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento (p. 26).

De acordo com a autora, no processo de mediação são utilizadas ferramentas que ajudam o aluno na compreensão, sendo elas os instrumentos e os signos (linguagem). Esta última é usada na comunicação e trata-se de uma ferramenta fundamental na interação social entre as pessoas. Para a autora, a linguagem tem a clara função de estabelecer a comunicação,

através dela e de outros instrumentos como imagens, que o homem realiza a interação social e consequentemente o aprendizado. Oliveira (2002) afirma ainda que:

[...] a principal função da linguagem é a de intercâmbio social: é para se comunicar com seus semelhantes que o homem cria e utiliza os sistemas de linguagens. (p. 42).

Além desses conceitos, Vygotsky (1994) utiliza a expressão Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) para explicar aquilo que o aluno poderá fazer com o auxílio de alguém mais experiente. Ele a define como:

[...] a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (p. 97).

Observando os aspectos expostos, pode-se dizer que um trabalho pedagógico construído para todos os alunos deve voltar-se especialmente para a “ZDP”, em que se encontram as capacidades e habilidades potenciais, em amadurecimento. Fazendo isso, o professor pode observar o potencial de aprendizagem dos alunos com e sem deficiência, e criar estratégias de compartilhamento de saberes que os ajudem a aprender cada vez mais. Aqui, parte-se do pressuposto de que todos podem aprender desde que lhes sejam dadas as oportunidades de acesso adequadas às suas limitações.

A partir dessas reflexões, a próxima seção aborda a formação docente no Brasil, procurando compreender como ela ocorre, que pilares a sustentam e quais os principais entraves encontrados para o professor no contexto da inclusão escolar.

2.3 FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL: ENTRAVES PARA LIDAR COM A INCLUSÃO ESCOLAR

Constantemente professores se veem frustrados diante dos resultados e das dificuldades encontradas no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes de ensino regular. Há situações, inclusive, em que o professor não sabe o que fazer ou a quem recorrer para procurar ajuda, especialmente no que se refere à construção

de estratégias e de metodologias que sejam acessíveis a esses alunos. Analisando-se a situação histórica, nota-se que o processo de implementação da educação inclusiva no Brasil tem se cercado de desafios, dentre os quais está a formação docente. Um aspecto que pode contribuir para isso, e que tem sido apontado por diversos estudos na área da educação, diz respeito à inexistência de cursos de formação inicial específicos para a área da educação inclusiva. O que se tem são cursos de formação continuada, em que se situam os de extensão, de aperfeiçoamento e de especialização.

Percebeu-se, na seção anterior, que dificilmente um professor alcançará resultados positivos utilizando uma única estratégia e um único método com todos os alunos. Se isso já não tende a ser eficaz em uma classe regular, certamente também não o seria em uma classe em que há alunos em situação de deficiência. Apesar disso, essa conduta reflete o que foi ensinado, por muito tempo, nos diferentes cursos de formação para professor, em todo o Brasil. Carmo (2011), afirma que torna-se difícil a superação do fracasso escolar diante do paradoxo que se apresenta a educação que, de um lado baseia seus pilares na igualdade entre os homens e do outro comete o erro agrupar alunos em classes homogêneas e por meio da avaliação quantitativa de desempenho, tornar explícita as desigualdades e as diferenças num processo em que todos os alunos são submetidos aos mesmos instrumentos avaliativos.

Analisando-se essa situação, verifica-se que mudanças na formação inicial docente também foram imprescindíveis para que o professor se percebesse capaz de administrar uma classe heterogênea, com ou sem pessoas em situação de deficiência. Atualmente os cursos de formação de professores incluem, em sua grade curricular, disciplinas que objetivam demonstrar a importância de práticas pedagógicas inovadoras, criativas, voltadas para os diferentes perfis de aprendizagem. Por outro lado, também é importante dizer que não é apenas a formação, responsável pela atuação do professor em sala de aula. Ela não deve, sozinha, ser responsável pela má condução das diferenças em uma turma regular ou inclusiva. A postura e as crenças do professor também são elementos que colaboram na forma como são conduzidas as ações em uma sala de aula. Para Pacheco, 2008:

A aceitação da diversidade exige o desenvolvimento de uma pedagogia diferenciada. A escola atual confronta-se com uma grande heterogeneidade social e cultural. Essa realidade implica outra concepção de organização escolar, que ultrapasse a via da uniformidade e que reconheça o direito à diferença. É preciso - e urgente! - agir no nível das práticas pedagógicas, das estruturas e organização das escolas. (p.2)

Independente de se ter ou não um aluno com deficiência na escola, não há como formar classes homogêneas, pois a diversidade cultural e social é notória nas salas de aula e de acordo com Kelman (2010) p. 25 a insensibilidade à diversidade humana acarreta em inclusão social. Sua negação, traduzida pela orientação de que todos devem ser iguais, termina por promover a exclusão social. Alunos com ou sem deficiência podem apresentar, em algum momento escolar, dificuldades que demandarão do professor uma estratégia ou metodologia diferenciada. Para tanto, também é esperado da escola um apoio pedagógico na elaboração de materiais e na estruturação das aulas, salientando para a equipe a importância de um trabalho voltado para a diversidade. É imprescindível que a equipe pedagógica da escola desenvolva um trabalho pautado na aceitação das diferenças, promovendo palestras com especialistas para os funcionários, pesquisando e implementando ações em seu Projeto Político Pedagógico, reavaliando-o e reestruturando-o de acordo com as necessidades das demandas atuais, pois de acordo com Vasconcelos (1995):

Projeto Pedagógico [...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição (p.143).

Em se tratando da formação continuada, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação indica a necessidade de que haja: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996). Isso demonstra que um conhecimento específico pode ser necessário para que o professor se sinta melhor preparado para lidar com alunos em situação de deficiência. Nesse caso, o apoio da escola, no sentido pesquisar cursos disponíveis e administrar os horários do professor para que ele realize uma formação continuada também podem ser necessários.

Em se tratando da afirmação de Brasil (1996), entende-se por professores especializados aqueles que, na sua formação, tiveram acrescentado aos seu currículo uma disciplina sobre educação inclusiva ou educação especial, tendo adquirido competências para perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e flexibilizar a ação pedagógica para atender a essas necessidades. O professor capacitado, de acordo com o art. 18, inciso 1º, da RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 de setembro de 2001, são aqueles que: Comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para: I-perceber as necessidades educacionais

especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva; II-flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem; III-avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais; IV-atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial. (CNE/CEB n. 02/2001, p. 5)

Já os professores especializados em educação especial, também segundo a CNE/CEB. 02/2001, são aqueles que identificam as necessidades educacionais especiais, implementam estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos metodológicos e práticas alternativas adequadas ao atendimento educacional inclusivo. Normalmente são professores que atuam em equipes especializadas e assistem ao professor da sala regular, a fim de indicá-lo estratégias educacionais que promovam a inclusão.

Observando-se o que propõem as leis acima, a equipe especializada surge da capacitação dada a uma equipe de professores, pertencentes a áreas diversas, na intenção de contribuir para o processo de inclusão de pessoas em situação de deficiência. Apesar disso, não cabe apenas ao professor (especializado ou não) essa tarefa. Para que uma escola seja inclusiva todos os funcionários da escola também devem conhecer o que se pretende com a inclusão (seus pilares e a sua abrangência), uma vez que o aluno transitará por vários ambientes da escola e não somente a sala de aula. Em relação a essa necessidade de capacitação Alves (2009) afirma que:

O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adianta cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas (p.45-46)

A grande preocupação da maioria dos especialistas em educação inclusiva é com a formação dos professores que trabalharão diretamente com o aluno com deficiência, mas Alves (2009) chama nossa atenção para o fato de que este aluno não ficará todo o tempo somente em sala de aula. Seu contato também ocorrerá com os pares, os familiares dos pares, com os outros funcionários da escola (pessoas do administrativo, porteiros, merendeiras, agentes de limpeza, etc). Portanto, é de fundamental importância que todos estejam capacitados para atendê-lo de acordo com suas necessidades, de modo a tornar acessíveis aquilo que lhes forem necessário. Certamente um professor capacitado, que compreende a

amplitude da inclusão escolar pode ser um facilitador dessa capacitação que se faz necessária a outros atores da escola.

Diante das reflexões feitas acima, observa-se que nos cursos superiores, normalmente os de licenciatura, há apenas uma disciplina que aborda o tema da educação inclusiva o que certamente não é o suficiente. Pela discussão realizada neste tópico foi possível perceber que a educação inclusiva abrange temas muito amplos, necessitando de um aprofundamento, um conhecimento específico para aquele que vai administrar a prática pedagógica nas classes inclusivas. Cursos de aperfeiçoamento são muito importantes, assim como as especializações, mas, o ideal, quando se pensa nesse processo, é que surja, em algum momento, uma formação inicial que voltada para a realidade da escola inclusiva. De acordo com a legislação vigente todos têm direito a frequentar a mesma classe, de modo que os cursos de formação precisam urgentemente adaptar-se a esta realidade.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o processo de inclusão a partir da prática pedagógica docente em uma escola da rede regular de ensino.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender a concepção da equipe pedagógica a respeito da inclusão;

Analisar como se organiza a prática pedagógica docente em classes inclusivas.

4. METODOLOGIA

4.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Dentre os objetivos deste estudo estão analisar o processo de inclusão a partir da prática pedagógica docente em uma escola da rede estadual de Ipatinga; compreender a concepção da equipe pedagógica da escola a respeito da inclusão e analisar como se organiza a prática pedagógica docente em classes inclusivas. Para alcançar esses objetivos a metodologia utilizada foi baseada na abordagem qualitativa. De acordo com Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa indica:

[...] uma tentativa de capturar as perspectivas dos participantes, isto é, a maneira como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas. Ao considerar os diferentes pontos de vista dos participantes, os estudos qualitativos permitem iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessíveis ao observador externo. (p.12).

Partindo da afirmação acima, nota-se que a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador o contato com pontos de vistas diferentes sobre um mesmo tema, especialmente por que ela tenta capturar a perspectiva do participante. A partir dela é possível compreender a percepção de diferentes pessoas a respeito do objeto de estudo, algo que nem sempre se pode perceber apenas por meio da observação. Concordando com os autores citados, Miranda (2003) complementa que:

O planejamento da pesquisa qualitativa precisa ser refeito de acordo com as necessidades do trabalho, pois os investigadores qualitativos partem para um estudo munido dos seus conhecimentos e da sua experiência com hipóteses formuladas com um único objetivo de serem modificadas e reformuladas à medida que vão avançando. (p. 79)

Assim como os alunos chegam até a escola com conhecimento prévio, o pesquisador também parte para seu estudo carregando os seus conhecimentos sobre o assunto, a sua experiência, além de algumas hipóteses previamente formuladas. É fundamental que ele esteja ciente que este conhecimento será modificado a medida que seu trabalho for avançando e ele

for interagindo com outras pessoas, já que a troca de experiências sobre o assunto pesquisado traz-lhe a possibilidade de construir novos conhecimentos e novos pontos de vista relativos ao mesmo tema.

A escolha dessa abordagem, neste estudo, se deu em vista da possibilidade de se entrar em contato com diferentes narrativas relacionadas à inclusão escolar, partindo-se daquilo que os sujeitos participantes pensam e sentem sobre o tema. González-Rey (1997) confirma a relevância desse tipo de abordagem salientando que os instrumentos selecionados para uma pesquisa desse tipo proporcionam informações orais e escritas, além de processos interativos que dão ao pesquisador a possibilidade de construir e interpretar.

A seguir tomaremos conhecimento do contexto em que a pesquisa foi realizada, quais foram os participantes, e suas relações diretas com a escola onde aconteceu o estudo.

4.2 CONTEXTO DA PESQUISA: ESCOLA CANTINHO DO PARAÍSO.

A escola estadual na qual o estudo foi realizado receberá o nome de Cantinho do Paraíso. A turma escolhida para a realização da pesquisa é a do 3º ano, e tem como regente a professora Beatriz. A escolha desta unidade de ensino se deu pela facilidade da pesquisadora em entrevistar os participantes, já que também é professora nesta escola e reside no bairro onde ela se localiza. A unidade escolar está situada em um bairro da cidade de Ipatinga. A região onde está instalada é predominantemente voltada para residências, pequenos e médios comércios. Atende aproximadamente um total de 500 alunos, sendo 300 do ensino fundamental I (1º ao 5º, no turno matutino) e 200 no ensino fundamental II (6º ao 9º, no turno vespertino). Os alunos atendidos moram no bairro ou nas proximidades e vão a pé para escola, a maioria sozinhos e outros acompanhados pelos familiares.

A clientela predominante é considerada de classe média e baixa. Alguns são filhos de pais separados que moram com os avós, ou só com as mães e outros vivem em famílias constituídas tradicionalmente pai, mãe e irmãos. A maior parte dos pais são operários de empreiteiras e/ou autônomos e as mães são diaristas, sem renda fixa, com uma jornada de trabalho intensa. Como consequência, os pais dão pouca assistência escolar aos filhos em casa o que acaba por gerar alunos que administram sozinhos a vida escolar, ocasionando baixo índice de aprendizagem; indisciplina; falta de interesse em participar de eventos e programas;

ausência de hábito de estudo fora da escola; falta de limites; baixa autoestima; alunos com intensa e precoce convivência no mundo das drogas.

Com relação aos recursos físicos, materiais e humanos é consideravelmente adequado sendo composto por 10 salas de aula, um sala de reuniões, um sala de direção, duas salas de secretaria e uma sala de professores, uma biblioteca, um laboratório de informática, banheiros masculinos e femininos para os alunos e um banheiro para os professores, espaço coberto para apresentações, refeitório e uma quadra poliesportiva. No turno matutino a escola conta com 10 professores regentes, uma bibliotecária, uma supervisora, uma professora eventual e uma diretora. A escola possui várias parcerias e desenvolve projetos como: recreio monitorado, a capoeira e o tempo integral que contempla os dois turnos da escola. Infelizmente a escola não desenvolve nenhum projeto voltado para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, nem oferece aos docentes cursos de capacitação para desenvolver uma prática pedagógica inclusiva. Carvalho (2004) nos afirma que:

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras [...]. (p. 77).

Para que uma escola seja realmente inclusiva, além dos discursos proferidos pelo sistema que a organiza e pela equipe pedagógica são necessárias uma série de mudanças que tornam a inclusão possível. Isso inclui cursos de capacitação para todos os profissionais que atuam na escola; projetos de inclusão que envolvam toda a comunidade escolar, principalmente os pais já que, estes tendem a não querer os filhos nas classes onde há alunos com deficiências. Para tanto, a equipe gestora, juntamente com todos os funcionários, deve realizar um trabalho de sensibilização, garantindo assim o direito de todos à uma educação de qualidade.

Apesar das mudanças que ainda precisam ser realizadas, é notório os avanços alcançados pela equipe gestora e pelos funcionários junto à comunidade escolar, pois a relação dos mesmos com as drogas e com a criminalidade é muito intensa. Hoje é possível

dialogar com a família e chamá-los para participarem dos projetos da escola e percebe-se claramente o respeito dos mesmos pelos funcionários e vice-versa. Apesar disso, mesmo com estes avanços a escola ainda não conta com 100% da participação da família. É uma instituição que possui muita procura por vagas, e se ela existir, não é negada à família independente da condição apresentada pelo aluno.

Trata-se de uma escola com profissionais muito comprometidos com a educação, que realizam um trabalho respeitando os valores cristãos e a singularidade de cada um, porém, não é possível avançar mais porque o sistema não permite. O processo tem sido ajustado de modo muito lento.

4.3 PERFIL DOS PESQUISADOS

O presente estudo teve a participação das pessoas que serão descritas abaixo, esclarecendo que todos os nomes utilizados, inclusive o nome da escola, são fictícios, são eles: a professora Beatriz, de 34 anos de idade, formada em Normal Superior, com pós-graduação em Alfabetização e Letramento. Ela leciona no 3º Ano do Ensino Fundamental, turma em que estão matriculados três alunos com necessidades educacionais especiais, João, o aluno estudado tem 10 anos e apresenta transtorno de humor infantil, dentro do espectro bipolar de natureza genética familiar tem variações típicas entre os polos agressivo e depressivo e hipomaníaco, Luiza de 9 anos retardo mental leve, dificuldade de aprendizagem e comportamento infantilizado e Marisa de 12 anos com atraso do desenvolvimento neuro psicomotor e encefalopatia infantil crônica devido parada cardíaca respiratória, cirurgia de onfalocele ao nascimento apresenta fenótipos sindrômicos mais deficiência mental moderada. Beatriz já trabalhou com alguns tipos de necessidades educacionais especiais sendo eles: Síndrome de Down, hiperatividade, transtorno bipolar, esquizofrenia e outros.

Participaram também da pesquisa uma pedagoga nomeada Denise, 50 anos de idade, formada em Pedagogia, com especialização em Matérias Pedagógicas. A escolha por essa professora se deu levando-se em conta o trabalho que realiza ao acompanhar os alunos em situação de deficiência. Além destas, também participou a mãe de um aluno com necessidades educacionais especiais, cujo nome é Maria, tem 34 anos de idade e é mãe de quatro filhos. João, que tem transtorno de humor infantil, dentro do espectro bipolar de natureza genética

familiar tem variações típicas entre os polos agressivo e depressivo e hipomaníaco, aluno da turma em que se deu a pesquisa, é o segundo filho do casal. Eles constituem uma família formada por pai, mãe e 04 filhos. Possuem uma situação socioeconômica favorável e moram em uma casa situada próxima à escola. Quando não está na escola, João circula livremente pelas ruas do bairro.

4.4 MATERIAL

Para a realização deste trabalho foram utilizados 01 notebook Acer, 01 celular Nokia Asha 201 preto utilizado para a gravação do áudio, 01 impressora HP Laser Jet Professional P1102, 10 folhas de papel A4, 01 caneta azul e 01 moto Honda Titan 150 para o deslocamento.

4.5 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE INFORMAÇÕES

4.5.1 Contatos iniciais

Inicialmente foi feito contato com a escola, a fim de discutir os objetivos da pesquisa e assinar os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A), O Termo de Aceite (ANEXO B) e a Carta de Apresentação (ANEXO C). Na ocasião foram agendadas as entrevistas e as sessões de observação.

4.5.2 Instrumentos e Técnicas

Como foi citado acima, esta pesquisa foi realizada dentro dos parâmetros metodológicos da pesquisa qualitativa, com objetivo principal de estudar a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino em uma escola pública da cidade de Ipatinga – MG.

Um dos instrumentos utilizados foi um roteiro composto por perguntas abertas elaboradas pela pesquisadora. Segundo González Rey (2005), a utilização da entrevista como

instrumento de pesquisa permite ao pesquisador integrar as informações obtidas por meio de outros instrumentos, desenvolvendo uma reflexão mais ampla sobre o objeto de estudo.

4.5.2.1 Roteiro de Entrevista

Para realizar a pesquisa foi elaborado um roteiro de entrevista (APENDICE A) composto por 20 perguntas, a ser utilizada com a professora regente; 18 perguntas utilizado com a mãe do aluno com necessidades educacionais especiais e um outro também com 18 perguntas utilizado com a coordenadora da escola. O objetivo do uso da entrevista foi analisar o processo de inclusão a partir da prática pedagógica docente em uma escola da rede pública de ensino, compreender a concepção da equipe pedagógica da escola a respeito da inclusão e identificar aspectos da formação docente que influenciam sua prática pedagógica.

A técnica utilizada foi a entrevista semiestruturada que permite ao entrevistador acrescentar novas perguntas às que já foram previamente elaboradas por ele, sendo amplamente flexível, já que outros questionamentos podem ser incluídos na pesquisa, a medida em que se fizerem necessários. A entrevista é definida por Haguette (1997) como:

Um processo de interação social entre duas pessoas, na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado (p. 86).

A entrevista dá ao pesquisador a oportunidade de interagir com o pesquisado obtendo respostas espontâneas. Esta técnica também possibilita elasticidade na duração da entrevista e a troca de informações abertamente. É muito importante que o entrevistador planeje bem a entrevista, Selltiz, (1987) afirma que “o entrevistador assume o papel fundamental de criar uma situação onde entrevistado dê resposta que sejam fidedignas e válidas” (pag. 644). Para tanto, ele deverá transmitir confiança ao entrevistado. Consta, a seguir, o cronograma das entrevistas realizadas, por participantes:

Quadro 01: Cronograma de entrevistas

Data da sessão	Participante	Duração em minutos	Tipo de registro
08/09/15	Professora Regente	8 minutos e 26 segundos	Entrevista
10/09/15	Coordenadora	4 minutos	Entrevista
11/09/15	Mãe do aluno	4 minutos e 48 segundos	Entrevista

As entrevistas foram realizadas nas dependências da escola, tendo sido utilizado o espaço da biblioteca para a concretização das mesmas. Considerando que a pesquisadora também é funcionária da escola, foi possível contar com a ajuda da professora eventual (substituta) para que não atrapalhasse o bom andamento das atividades da escola. As entrevistas foram individuais e permaneceram no espaço apenas a pesquisadora e os participantes da entrevista. As entrevistas foram realizadas na semana do dia 07 a 11 de setembro de 2015.

4.5.2.2 Gravação em áudio

As gravações em áudio foram realizadas para armazenar todas as narrativas colhidas durante as entrevistas. Para viabilizar a identificação e a guarda das informações, o material foi gravado em um aparelho celular marca Nórdia, e transferido para o computador, constando da data de realização das entrevistas e o tempo de duração da atividade realizada.

4.5.2.3 Diário de campo

As sessões de observação foram realizadas em 03 aulas, a fim de analisar como se organizava a prática pedagógica docente em uma classe inclusivas. De acordo com Minayo (1994), “a observação participante pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa, pois através dela podemos analisar o comportamento do indivíduo estudado” (p. 269). Já Lakatos, (1996) afirma que “a observação também ajuda o pesquisador a Identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (p. 79).

A observação aconteceu no turno matutino na sala do 3º ano onde estudam as três crianças com necessidades educacionais especiais, no horário da aula. Na ocasião estavam presentes 26 crianças. Segue o quadro de realização das sessões:

Quadro 02: Cronograma de observações

Data da sessão	Participante	Duração em minutos	Tipo de registro
08/09/2015	João	50 minutos	Relatório
09/09/2015	João	50 minutos	Relatório
10/09/2015	João	50 minutos	Relatório

4.5.2.4 Projeto Político Pedagógico da Escola

Utilizou-se o Projeto Político Pedagógico, a fim de se compreender os aspectos que fazem da escola uma instituição inclusiva. Os objetivos da escola, de acordo com o PPP são: proporcionar ao educando a formação necessária para desenvolvimento de suas potencialidades; assegurar ao educando a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores; promover o desenvolvimento das competências e habilidades para a participação produtiva no século XXI e melhorar a qualidade da educação na escola.

Como missão, a escola busca oferecer ao aluno oportunidade de ter crença na vida, na capacidade do homem de compreender a realidade e nela atuar, tornando-se capaz de melhorar a qualidade de vida de toda a sociedade. A escola possui vários projetos como: clube de leitura, recreio monitorado, sarau de poesias, entre outros, todos os alunos participam sem nenhuma discriminação, entretanto não há nenhum projeto que trate da inclusão. Os projetos mencionados acima serão melhor explicados a seguir:

1. Clube de leitura: Os alunos passaram por uma eleição e elegeram: um presidente, uma vice-presidente, uma secretária, um tesoureiro e dois relações-públicas. Toda última sexta-feira do mês, os membros do Clube de leitura organizam e ministram uma reunião com o objetivo de divulgar algum livro para os demais alunos da classe, eles também trazem convidados que ministram palestras sobre assuntos diversos, contam de história, entre outras atividades ligadas à leitura. A reunião é toda registrada em ata pela secretária e lida para os alunos e para a professora da turma. Cada Clube de leitura tem um nome que homenageia um escritor como Ziraldo, Eliane Verly, Cecília Meireles e etc.
2. Recreio monitorado: Organizado pela professora eventual (substituta) da escola, os alunos são selecionados na segunda-feira e direcionados para as oficinas que são: corda, raquete, boca do palhaço, bambolê ao cone, quadra e basquete. Desde o início do ano cada turma da escola recebeu um cronograma de oficinas que devem participar durante a semana, ao sinal para o recreio eles se encaminham e participam das oficinas pré-determinadas pelo cronograma que fica fixado na parede da sala de aula. Para diferenciar os monitores dos demais alunos eles usam coletes alaranjados. As turmas escolhidas para participarem da monitoria são: 4º e 5º ano.

3. Sarau de poesias: Organizado pela bibliotecária e pelos professores da escola, as turmas recebem várias poesias, escolhem a que mais lhes agradam, estudam-na e em um dia pré-determinado pela equipe pedagógica declamam em um sarau que conta com a participação da família, de todos os alunos e professores do turno. O Sarau de poesias acontece uma vez por ano.

4.6 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DE DADOS

Esta etapa da pesquisa teve como objetivo transformar as informações coletadas em objeto de análise. Sendo assim, as entrevistas realizadas foram transcritas na íntegra, perfazendo um total aproximado de 02 horas. A organização das informações e a análise baseou-se na abordagem qualitativa. Os dados foram transcritos e foi possível perceber alguns aspectos que respondiam ao problema de pesquisa e aos objetivos deste estudo, a saber: Analisar o processo de inclusão a partir da prática pedagógica docente em uma escola da rede regular de ensino. Compreender a concepção da equipe pedagógica a respeito da inclusão e analisar como se organiza a prática pedagógica docente em classes inclusivas. Ao analisar os dados percebeu-se que os fragmentos das entrevistas poderiam ser separados por categorias de análise, tendo como base os principais aspectos levantados durante a entrevista realizada. Essas informações permitiram uma organização, conforme a seguir: prática pedagógica no contexto da inclusão escolar: a realidade da escola analisada; processo de inclusão escolar da referida instituição; e conceitos de inclusão escolar na percepção dos seus atores: mãe, coordenadora escolar e professora regente. Segue a descrição das categorias criadas:

- Categoria de análise 01/ Conceito de inclusão escolar na percepção dos atores da Escola Cantinho do Paraíso (mãe, coordenadora e professora): nesta categoria foram incluídas todas as narrativas que abordam o conceito de inclusão escolar, a partir dos participantes da pesquisa.
- Categoria de análise 02/ Processo de inclusão escolar na Escola Cantinho do Paraíso: nesta etapa foram incluídas as narrativas que se referem as especificidades do processo de inclusão escolar do contexto em que foi realizada a pesquisa.
- Categoria de análise 03/ Prática pedagógica no contexto da inclusão escolar: a realidade da Escola Cantinho do Paraíso: nesta categoria foram incluídas as narrativas dos entrevistados

que descrevem como se organiza a prática pedagógica em uma classe do ensino fundamental, no contexto da inclusão escolar.

Ressalta-se que também foram incluídos, no processo de análise dos dados, fragmentos das sessões de observação realizadas e aspectos do Projeto Político Pedagógico no contexto de pesquisa. No capítulo a seguir, apresentam-se os resultados desta pesquisa, refletindo-se sobre cada uma das categorias de análise encontradas, correlacionando-as com as observações coletadas pelo pesquisador no contexto pesquisado.

5. RESULTADOS: PRÁTICA PEDAGÓGICA E INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

O objeto de análise deste estudo foram as narrativas dos participantes, as observações realizadas e a análise do Projeto Político Pedagógico. Em se tratando das entrevistas, estas serão apresentadas por meio de narrativas das pessoas entrevistadas. Já as observações, serão incluídas na análise por meio de fragmentos. Do total das narrativas foram selecionados alguns trechos que melhor evidenciaram aquilo que se interroga no objetivo deste estudo, a saber: analisar o processo de inclusão a partir da prática pedagógica docente em uma escola da rede regular de ensino. Compreender a concepção da equipe pedagógica a respeito da inclusão e analisar como se organiza a prática pedagógica docente em classes inclusivas. Para viabilizar a análise dos dados, foram criadas as categorias de análise a seguir:

- Inclusão escolar na percepção dos atores da Escola Cantinho do Paraíso.
- Processo de inclusão escolar na Escola Cantinho do Paraíso.
- Prática pedagógica no contexto da inclusão escolar: a realidade da Escola Cantinho do Paraíso.

A primeira categoria, que trata do conceito de inclusão escolar na percepção de seus atores, será melhor detalhada no tópico abaixo.

5.1 INCLUSÃO ESCOLAR NA PERCEPÇÃO DOS ATORES DA ESCOLA CANTINHO DO PARAÍSO

Dando início a este estudo, um dos primeiros aspectos que se pretendeu conhecer foi o conceito de inclusão de cada um dos participantes da pesquisa. Acredita-se que a partir desse

conceito todas as ações do professor são conduzidas, já que a percepção que se tem sobre algo tende a representar uma regra, um modo de significar as coisas, de atribuir sentido a elas. Retomando Vygotsky (1997), nota-se que os conceitos resultam daquilo que foi internalizado pelo indivíduo, a partir da sua interação com o ambiente. Sendo assim, acredita-se que o conceito de inclusão de um professor tem relação com o modo como ele se apropriou de informações relacionadas a esse processo, seja por meio de experiências próprias ou de experiências de outros. Em resposta ao questionamento relacionado ao conceito de inclusão escolar, a professora Beatriz respondeu:

“A inclusão é uma oportunidade que deve ser dada a todos de participar do programa estudantil, indiferente se apresentar ou não algum tipo de especificidade”.

Partindo da definição apresentada pela professora, percebe-se que ela associa a inclusão à participação de todos os alunos, independentemente do tipo de necessidade educacional especial apresentada. Infere-se que ela demonstra algum conhecimento acerca do funcionamento desse processo, compreendendo que cada indivíduo é único, com um modo singular de se comportar. Durante a observação da aula da referida professora foi possível perceber a sua preocupação em relação ao aluno em situação de deficiência em uma tentativa de administrar o tempo entre ele e os demais alunos. Nos momentos em que João saía da sala, conversava com ele sobre a importância de estar junto aos colegas, a fim de participar do processo de ensino e aprendizagem. De modo geral, João atendeu aos pedidos feitos pela professora, retomando seu lugar na sala de aula.

Em concordância com a professora regente, a coordenadora pedagógica Denise define a inclusão escolar como:

“Inclusão é aceitar a todas as crianças, sem distinção ou preconceito”.

Analisando-se o Projeto Político Pedagógico da escola, percebe-se que um dos objetivos da instituição é: promover um trabalho educativo de inclusão, que reconhece e valoriza as experiências e habilidades individuais do aluno, atendendo às suas diferenças e necessidades específicas, possibilitando, assim, a construção de uma cultura acolhedora, respeitosa e garantidora do direito a uma educação que seja relevante, pertinente e equitativa. Nota-se que o referido documento baliza as ações dos atores da escola, servindo-lhes,

provavelmente, como um norteador de seus comportamentos, de sua atuação em relação aos alunos. Ao afirmar que inclusão refere-se à aceitação a todas as crianças, sem distinção, os conceitos apresentados pelas professoras coadunam com aquilo que é apresentado na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) ao afirmar que:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (p.17-18).

De acordo com a referida declaração, as escolas não devem fazer distinção entre nenhuma criança, devendo acolher a todas, o que corrobora com aquilo que propõe a Constituição Federal de 1998, que estabelece que:

Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208) (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

Nota-se que promover a inclusão não é uma questão de vontade da escola, mas, de um direito estabelecido por lei. Para Beyer (2006), o processo de inclusão não separa os alunos em dois grupos: com e sem necessidades educacionais especiais. Nesse processo, considera-se que há apenas alunos, e cada um apresenta a sua especificidade em relação ao aprendizado. A afirmação de Beyer não quer dizer que todos aprendem da mesma forma, já que estão todos juntos e não há uma classificação, mas, que cada indivíduo deve fazer parte de um todo, e, a partir disso, seu atendimento deve ser direcionado de acordo com a sua especificidade. Esta realidade torna-se um grande desafio para o professor, que geralmente tem uma maneira única de ensinar, e os alunos, em sua grande diversidade, não tem uma maneira única de aprender.

Em entrevista realizada com a mãe do aluno com necessidades educacionais especiais, chamada aqui de Maria, esta afirmou não saber responder o que é inclusão. Apesar disso, afirmou em seguida: *“eu acho que é uma professora de apoio, exclusiva para ele”*. Percebe-

se que, embora não saiba conceituar, Maria compreende que o trabalho que está sendo realizado com o filho dela envolve a participação de um professor, além do regente. Um aspecto que se questiona, observando-se a dificuldade da mãe em responder a essa questão, é: a escola tem cumprido seu papel de orientar as famílias dos alunos em situação de deficiência? Em que aspectos a instituição escolar tem colaborado para que eles aprendam um pouco mais a respeito da inclusão? Embora não se pretenda responder a essas perguntas aqui, essas são indagações inevitáveis que situações como essas geram.

Diante dos vários problemas sociais e econômicos enfrentados pelas famílias no cenário nacional atual, observa-se que a educação não tem sido vista como uma prioridade, e, muitas vezes, há um conformismo com os serviços recebidos. Acredita-se que seja necessário que os profissionais da escola, que tem capacitação para lidar com assuntos relacionados ao contexto escolar, colaborem com as famílias e as ajudem, esclarecendo aspectos como o que se aborda nesta categoria. É importante, também, que as famílias sejam sensibilizadas de que se trata da garantia de leis, e que a participação delas é fundamental para que se faça cumprir o que elas propõem.

Em se tratando daquilo que foi possível observar em relação à professora e à coordenadora entrevistadas, nota-se que elas atuam no contexto da inclusão há 6 e 11 anos, respectivamente, o que pode indicar que já houve uma sensibilização em relação a esse tema (além da própria experiência que concede saberes a respeito dessa questão). Questionada a respeito de como se sentiu ao iniciar a experiência em um contexto inclusivo, Beatriz respondeu:

“Fiquei preocupada em poder ajudar a criança e a partir daí comecei a fazer alguns tipos de pesquisas em relação a alguns comportamentos.”

Nota-se que a experiência inicial de Beatriz na educação inclusiva, gerou-lhe um misto de preocupação e de motivação para melhor compreender aspectos relacionados ao desenvolvimento atípico, fazendo com que se capacitasse para isso. Em se tratando de capacitação para atuar na educação inclusiva, a coordenadora Denise, afirmou que “*é imprescindível que um professor tenha conhecimento para atuar com alunos com necessidades educacionais especiais*”. As afirmações demonstram que ambas compreendem, em algum nível, que o trabalho com alunos em situação de deficiência exige uma formação que auxilie o professor a melhor compreender as especificidades relativas a cada caso, a fim

de atuar como um facilitador. Apesar disso, deve-se salientar que não é apenas o professor que deve preocupar-se com uma capacitação, mas, toda a escola. De acordo com Garcia (2004), a formação e a capacitação docente são realmente importantes, mas, para que o trabalho seja desenvolvido com eficácia, o fundamental é que a instituição conheça o funcionamento do processo de inclusão escolar e que ofereça suporte à sua equipe, de modo que cada indivíduo seja tratado como único, singular. Os cursos de formação não irão conseguir resolver os problemas históricos de desigualdade se os profissionais não estiverem dispostos a mudar de postura, se não enxergarem na inclusão uma possibilidade de se igualar oportunidades.

Infere-se que, diante da função exercida pela escola, que há um grande desafio, já que muitas vezes, depara-se com situações em que funcionários despreparados para atender à crianças com deficiência tendem a agir com preconceito. Para BRASIL (1994), não é o aluno que deve se adaptar à escola, mas, a instituição é quem deve encontrar meios para atender às diferentes necessidades de seus alunos. A esse respeito, assegura que:

Para promover uma educação inclusiva o sistema educacional deve assumir que as “diferenças” humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. (p .4)

Diante da discussão aqui realizada, nota-se que as professoras entrevistadas percebem a inclusão como um processo que visa a participação de todos os alunos, independentemente do tipo de necessidade educacional especial apresentada. Verifica-se que o comportamento da professora regente em sala corrobora com aquilo que ela afirma a respeito do referido conceito, e que o Projeto Político Pedagógico da instituição estabelece que o atendimento às diferenças e necessidades específicas de cada aluno, garantindo o direito a uma educação que seja eficaz. Observou-se, ainda, que a experiência inicial das professoras provocou um misto de ansiedade e de apreensão, e que elas percebem a necessidade de uma capacitação para lidar com alunos em situação de deficiência.

Em se tratando da mãe de João (o aluno com necessidades educacionais especiais) observou-se que ela não tem um conceito claro a respeito da inclusão, relacionando-a, apenas, à presença de uma professora de apoio, exclusiva para seu filho. Percebe-se a importância da escola esclarecer informações à família das pessoas com desenvolvimento atípico, a fim de que elas se apropriem de seus direitos e possam colaborar com a escolarização de seus filhos.

Confirma-se, pelos conceitos apresentados, que a professora e a coordenadora escolar têm conhecimento sobre a garantia de direitos à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino. Apesar disso, fica claro que ainda é necessário atuar junto às famílias, a fim de que os pais e responsáveis pelos alunos tenham conhecimento a respeito do processo.

No tópico a seguir apresenta-se as particularidades relativas ao processo de inclusão escolar na Escola Cantinho do Paraíso, partindo das narrativas das professoras entrevistadas, das informações obtidas por meio das observações e da análise de aspectos do Projeto Político Pedagógico.

5.2 PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR NA ESCOLA CANTINHO DO PARAÍSO

Como foi possível observar na discussão realizada na seção anterior, o processo de inclusão escolar é algo recente e complexo, demandando ações compartilhadas e um esforço conjunto para o alcance de sua eficácia. Aqui, leva-se em consideração que esse é um percurso que tem relação não apenas com a perspectiva adotada pela escola, mas, também, com a postura do professor, que é quem dinamiza as ações em sala de aula e cria condições para que esse processo se torne possível. Nota-se, portanto, que esses são dois atores importantes à implementação dessa proposta desafiadora.

Dadas essas questões, para compreender melhor o processo de inclusão escolar adotado pela instituição Cantinho do Paraíso, alguns questionamentos foram feitos às entrevistadas, a começar pela contribuição da formação docente para a atuação no contexto da inclusão. A esse respeito, a professora Beatriz narrou:

“Penso que minha graduação me ajudou mais do que a especialização, comecei o curso superior não era da área da educação tive a oportunidade de conviver com vários professores e hoje eu penso que mais do que a graduação e a especialização é o Pacto que o programa do Governo federal oferece aos professores”.

Na percepção da professora, o curso de graduação teve um importante papel, já que oportunizou o diálogo com outros professores sobre questões relacionadas à inclusão. Além disso, Beatriz mencionou curso de capacitação oferecido pelo Governo Federal como auxiliar à sua prática diária. Para Libâneo (2007), a formação do professor é um dos temas básicos em

educação, especialmente quando o assunto são as especificidades encontradas em cada experiência em sala de aula. Para a coordenadora Denise, o papel da formação do professor que atua no contexto inclusivo é:

“Conhecer as características de alguns distúrbios.”

Nota-se uma visão limitada a respeito da formação do professor, já que, por tudo o que se discutiu até aqui, a capacitação não deve se resumir ao conhecimento de distúrbios, transtornos ou deficiências. Apesar disso, não se desconsidera, aqui, a importância do professor ter conhecimentos específicos a respeito das realidades com as quais está lidando, até porque o desconhecimento pode gerar posturas inadequadas na condução das limitações apresentadas por esses alunos.

Ao abordar os aspectos necessários ao professor que atua no contexto da inclusão, a professora regente afirmou:

“Ele precisa aceitar a inclusão, a primeira coisa é isso, ele precisa entender que este ano ele está com um aluno, no ano que vem ele pode ter dois, e o primeiro passo para conseguir trabalhar é aceitar a criança como ela é.”

Nota-se, que, para Beatriz, aceitar a inclusão é um pré-requisito àquele que pretende atuar no contexto da escola inclusiva. Segundo a professora, também é necessário aceitar o aluno como ele é, na sua singularidade. Em resposta ao mesmo questionamento, mãe de João não soube emitir uma resposta. Em se tratando da coordenadora Denise, esta reafirma que é necessário, ao professor que atua na inclusão, “*o auxílio do professor de apoio*”, demonstrando que, para ela, o professor regente tem limites de atuação e precisa compartilhar a sua prática com um professor especializado. Em atenção a esse aspecto, Rodrigues (2001) salienta que:

O papel dos professores e demais profissionais de educação terá de ser repensado, tornando a docência muito mais assistida como, por exemplo, o professor de educação especial, assim como o psicólogo escolar trabalharem muito mais diretamente com o professor de turma. Assim se faz necessário a participação conjunta de professores, profissionais da área da saúde e pais, para que desta forma possa ocorrer um processo educativo eficiente significativo para o alunado com distúrbio de aprendizagem. (p.129).

O autor afirma que não cabe ao professor desempenhar esta importante função sozinho, e que é necessária uma participação conjunta de profissionais da saúde, pais e professores atuando diretamente no processo, algo que já foi ratificado nas discussões feitas anteriormente. Rodrigues (2006) acrescenta que um professor ao partilhar a sua prática com a equipe, tem a oportunidade de melhor avaliar seu trabalho, de redefinir estratégias e de preparar-se para os desafios que se apresentam com mais segurança e pro atividade. Isso por que o compartilhamento tende a gerar nele a confiança de que não está sozinho, e que é possível contar com o apoio dos outros atores da escola.

No que se refere aos aspectos que precisam ser melhorados na sua prática pedagógica, Beatriz ponderou que:

“Eu penso que eu precisaria ter um auxílio maior de um clínico neuropediatra para me explicar claramente cada comportamento das crianças, em algumas vezes eu pesquiso mas em outras eu não consigo todas as respostas de que preciso”.

A fala da professora reafirma a necessidade dos profissionais que atuam na área da educação inclusiva de realizarem cursos de capacitação e de estabelecerem parceria com os profissionais da saúde. Segundo Mantoan (2003) a educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional, e como um meio de assegurar que os alunos com deficiência tenham seus direitos garantidos em uma escola de ensino regular. Para que isso aconteça, deve-se esgotar todas as possibilidades de contribuir para o desenvolvimento integral desse aluno, inclusive estabelecendo-se parceria com as outras áreas intervenientes. Nota-se, pelo Projeto Político Pedagógico da Escola, que não há projetos direcionados para alunos em situação de deficiência, embora os objetivos do referido projeto contemplem ações relacionadas à inclusão. Confirmando essa questão, Denise narrou: “*não há, na escola, nenhum projeto que seja direcionado para alunos em situação de deficiência*”. Esse aspecto é negativo por que, diante de tudo o que já foi possível entender sobre a inclusão escolar, acredita-se que a sua eficácia também tenha relação com projetos que contemplem a realidade dos alunos com desenvolvimento atípico, já que eles também são parte.

Analisando-se os aspectos relacionados ao processo de inclusão na Escola Cantinho do Paraíso, nota-se que a professora Beatriz atribui, ao curso de graduação, um importante papel na sua atuação, tendo em vista que essa experiência, segundo ela, oportunizou o diálogo

com outros professores sobre questões relacionadas à inclusão. Além disso, a professora mencionou a relevância dos cursos de capacitação oferecidos pelo Governo Federal como auxiliares à sua prática diária. Para a Denise, coordenadora da escola, a formação do professor tem o papel de instrumentalizá-lo com relação aos distúrbios do comportamento, algo que pareceu uma visão minimista relacionada à essa questão, já que não esse não é um papel diretamente ligado à formação docente.

Para atuar no contexto da inclusão, Beatriz considera que seja necessário, ao professor, aceitá-la, assim como também acredita ser necessário acolher ao aluno como ele é, na sua singularidade. Para a coordenadora Denise, o professor regente precisa do auxílio do professor especializado para que sua atuação aconteça com eficácia, discurso que também se fundamenta nas leis relativas à inclusão. Em se tratando da capacitação, ambas as entrevistadas a consideram como importantes para a tomada de decisões ao longo do processo, algo que também é ratificado pelas referidas leis. Em atenção ao Projeto Político Pedagógico da Escola, verifica-se que não há ações direcionadas para alunos em situação de deficiência, embora seus objetivos contemplem aspectos relacionadas à inclusão. Isso pode demonstrar que, embora a escola se proponha inclusiva, ainda não consegue implementar ações concretas relacionadas à inclusão, que envolvam todos os alunos, em respeito à diversidade.

5.3 PRÁTICA PEDAGÓGICA: PARTICULARIDADES DA ESCOLA CANTINHO DO PARAÍSO

Nesta categoria foram incluídas as narrativas que demonstram como tem funcionado a prática pedagógica Escola Cantinho do Paraíso. A esse respeito, foram feitos questionamentos que apontam aspectos que se relacionam à essa prática. Além disso, em se tratando das sessões de observação realizadas, notou-se que alguns fragmentos se relacionavam com as questões afetas a essa temática. Um exemplo disso foi percebido durante a observação da professora Beatriz. Observou-se, durante uma das aulas em que trabalhava com o tema números e ordens, que a docente criou como estratégia o uso de fichas escalonadas para auxiliar o aluno com necessidades educacionais especiais a construir a tarefa proposta. Além disso, em momentos distintos relacionados a essa atividade, percebeu-se que ela conduzia o grupo na construção da tarefa, ao mesmo tempo em que destinava, à João, um tempo para que ele também conseguisse fazer a sua.

Nesses momentos, foi possível observar que Beatriz tentava administrar seu tempo atendendo ao aluno com necessidades educacionais especiais, levando em conta, dentre outros aspectos, a dificuldade dele em permanecer em sala. Além disso, percebeu-se, também, que a professora priorizava esse atendimento para atender às orientações propostas pela coordenação, preocupada com as alterações de humor do aluno, que, tendiam a oscilar entre episódios de melancolia e de agressividade. Como foi relatado anteriormente, João tem diagnóstico de transtorno de humor e apresentava, nos dias em que foram realizadas as sessões de observação, crises relacionadas ao seu quadro, algo que parece ainda desestabilizar a professora em seu ofício, dadas as especificidades relacionadas à ele. Os referidos transtornos são, de acordo com o DSM IV (2015) e a OMS (1993), alterações persistentes no humor, caracterizadas pelo surgimento sintomas diversos, com causa endógena ou exógena (relacionadas à história genética e/ou associada a fatores externos), com estratificação de leve a grave, podendo comprometer diversas áreas da vida de uma pessoa, incluindo a escolar, reduzindo a sua qualidade de vida.

Em razão de a inclusão ser algo relativamente novo e em processo de aperfeiçoamento nas escolas, naturalmente ainda traz muitas dúvidas em se tratando da prática docente. Isso ocorre principalmente por que o professor regente tem o desafio de ajudar nos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, ao mesmo tempo em que é necessário cumprir um currículo. Paralelo a isso, percebe-se, pelo caso de João, que cada pessoa com necessidades educacionais especiais apresenta quadros com especificidades, as quais, muitas vezes, demandam um conhecimento técnico que o professor não tem. Isso demonstra, inclusive, a importância de que ele tenha um apoio multidisciplinar para melhor conduzir os processos de ensino aprendizagem, tendo em vista que os sintomas apresentados por alunos como João certamente demandam uma atuação mais apropriada até para que não atrapalhe a aprendizagem dos pares. Alcançar os objetivos propostos para o ano escolar em uma classe inclusiva sem a ajuda de um professor de apoio é um terceiro desafio, já que nem toda escola conta com esse profissional especializado.

Analisando-se a narrativa da coordenadora pedagógica a respeito das dificuldades que a escola tem enfrentado para que o processo de inclusão se torne possível, verifica-se que ela sinaliza: *“falta de atendimento com o professor de apoio e preparo dos profissionais”*, o que confirma que a prática pedagógica é atravessada por aspectos que não dependem apenas do professor regente. Nota-se que Denise aponta a ausência de atendimento do aluno com

necessidade educacional especial e o professor de apoio, algo que lhe parece gerar preocupações.

Além da dificuldade relatada por Denise, o que se percebe é que, infelizmente, o que propõem as leis ainda não corresponde ao que se verifica em alguns contextos, como é o caso da Escola Cantinho do Paraíso. O que se observa é que, na maioria das vezes, os funcionários que lidam diretamente com os alunos em situação de deficiência não parecem preparados e nem capacitados para atendê-los de acordo com as suas necessidades. Garantir o direito do aluno de ter um professor especializado é uma das questões mais importantes quando se pensa no processo de inclusão escolar, entretanto, de acordo com Mittler (2003), essa não tem sido uma luta apenas do professor regente ou da coordenação da escola:

Os professores, por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas, e que sejam apoiadas pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e, acima de tudo, pelos pais. (p. 20)

De acordo com Mittler (2003), não basta apenas que os professores desenvolvam um trabalho inclusivo, procurando garantir a participação/escolarização de todos os alunos. Ele precisa contar com a ajuda da equipe pedagógica e administrativa da escola, bem como com uma estrutura arquitetônica que permita o livre acesso e o deslocamento dos alunos em situação de deficiência pela escola. Necessitam, também, do apoio da comunidade escolar, ou seja, de que todos assumam a sua parcela de responsabilidade nessa mudança de paradigma relacionado à inclusão, já que são os atores quem constroem o contexto. Para o autor, associado a isso também é necessário que governantes e autoridades educacionais assumam o papel de fazer cumprir o disposto nas leis, garantindo que as escolas tenham todo o suporte para que o trabalho seja realizado com eficácia. Esse não é, portanto, um trabalho que depende apenas do professor regente, mas, também, da família, embora, muitas vezes, seja o docente a única referência quando o assunto é o processo de ensino aprendizagem da pessoa em situação de deficiência.

No que se refere à família de João e ao sentimento da mãe em relação à ter um filho com necessidades especiais, Maria respondeu:

“É difícil, complicado porque ele é estúpido dentro de casa é agressivo até com os irmãos, muito difícil.”

Interessante observar que a dificuldade apontada pela mãe não tem relação com a questão escolar ou social do filho. Ela menciona problemas na conduta, que podem ter relação direta com o quadro psicopatológico, com aspectos relacionados à sua personalidade, ou ambas as coisas. Quadros como o que é apresentado pelo aluno tendem a interferir sobremaneira no modo como ocorrem as relações, já que, de acordo com Krapelin (2004, apud PORTO):

Nos estados "puros", maníacos ou depressivos, os três domínios encontram-se alterados na mesma direção. Na mania típica, por exemplo, há fuga de ideias, exaltação do humor e aumento da atividade motora. Na depressão "pura" há inibição do pensamento, lentificação psicomotora e humor triste. Nos estados mistos, ao contrário, há alterações em diferentes direções, considerando as áreas do afeto, da atividade e do pensamento. (p. 4)

Nota-se, portanto, que a dificuldade apontada pela mãe, em parte, se assemelha ao receio apresentado pela professora regente anteriormente, quando esta priorizava o atendimento a João em vista das suas reações e dificuldades em permanecer em sala. Em atenção à descrição feita por Krapelin (2004 apud PORTO), verifica-se que o transtorno bipolar apresenta especificidades que podem gerar insegurança para aqueles que não tem conhecimento técnico para lidar com o quadro, seja a família ou a equipe escolar. Isso por que além dos quadros puros de mania ou de depressão, o indivíduo pode apresentar um quadro misto, em que ambos comparecem.

Em referência às dificuldades experimentadas no dia a dia da prática docente, Beatriz, mencionou:

“Penso que a inclusão escolar é dar oportunidade a todos de participar do programa estudantil indiferente se apresentar ou não algum tipo de especificidade. Ao iniciar esta experiência, fiquei preocupada em poder ajudar a criança e a partir daí comecei a fazer alguns tipos de pesquisas em relação a alguns comportamentos”.

Pode-se observar que Beatriz retoma o conceito de inclusão e salienta que tem se sentido preocupada em oferecer o auxílio necessário para os alunos com necessidades educacionais especiais. Para tanto, investe em pesquisas sobre o tema, na intenção de aprender como fazer para administrar a dinâmica da sala de aula na perspectiva inclusiva. Nota-se o comprometimento da professora nesse processo, apesar de todos os desafios que possivelmente se apresentam. Segundo Giné e Ruiz (1995, apud COLL, PALACIOS & MARCHESI), o professor precisa buscar o aprimoramento, elaborando novas estratégias e técnicas que atendam a realidade de sua sala de aula, especialmente quando se trata da

inclusão escolar. Para esses autores, o professor que atuam nas salas de aula inclusivas devem estar dispostos a: preparar diferentes materiais; organizar a classe de forma que seja possível aprender com diferentes ritmos e de diferentes maneiras, predispondo-se a flexibilizar seu tratamento com os alunos e a captar a melhor maneira de comunicar-se com cada um deles, para ajustar e modificar sua intervenção facilitadora da aprendizagem e do crescimento pessoal (p.304).

Os autores indicam alguns caminhos que podem ser facilitadores da prática docente frente ao desafio da inclusão escolar, o que supõe a necessidade de conhecer o aluno para tornar possível esse trabalho. Acredita-se que isso tenha relação direta com as estratégias elaboradas para o desenvolvimento da sua ação pedagógica. Em se tratando do planejamento diário e da necessidade de mudanças na forma de planejar as aulas e dinamizar conteúdos para uma turma inclusiva, Beatriz acrescentou:

“Mudou praticamente tudo, porque mesmo que se planeje, todo dia é um novo dia para estas crianças, então o comportamento não é regular, há casos que a criança permanece sempre tranquila e outros a criança tem dia em que está tranquila e em outros agitada, então mudou completamente tudo, sempre organizo as aulas e me preocupo em conseguir alcançar a todos inclusive as crianças especiais”.

Nota-se que, para Beatriz, o planejamento em uma sala de aula com alunos com necessidades educacionais especiais é muito importante, entretanto, o professor precisa conscientizar-se de que muitas vezes ele não conseguirá seguir fielmente àquilo que foi planejado. Em alguns momentos será necessário ter um plano alternativo que alcance o potencial e os limites de cada aluno. É preciso ter flexibilidade e entender que o planejamento é um norteador do trabalho, e não um manual que irá resolver todos os problemas de aprendizagem apresentados (LIBANEO, 2007). Em acréscimo à essa questão, a coordenadora Denise pontuou atitudes necessárias ao professor para viabilizar a aprendizagem dos alunos em situação de deficiência:

“Em primeiro ser trabalhar com amor e elaborar atividades diferenciadas com materiais necessários.”

Vê-se que apesar das dificuldades em promover a inclusão, as funcionárias da Escola Cantinho do Paraíso parecem ter clareza das ações necessárias à eficácia do processo, especialmente no que se refere às mudanças necessárias à prática pedagógica. Nota-se que a

professora Beatriz preocupa-se em adequar seus conhecimentos e experiências para alcançar as limitações e o potencial de João, assim como Denise. Para Werneck (1997), *“em uma escola inclusiva o vocabulário integração é abandonado e o objetivo central é incluir o aluno ou um grupo de alunos que já foram excluídos em algum momento da vida. A meta é que ninguém fique de fora do ensino regular desde o começo”* (p. 52).

Na prática pedagógica docente, independente de o contexto ser inclusivo ou não, uma concepção fundamental é o que é aprender e o que o aluno precisa fazer para aprender. A este respeito, Beatriz respondeu:

Aprender é tudo. Não somente conteúdo. Então eu penso que toda hora é hora de aprender. Aprender a socializar, aprender também os conteúdos mas este não é o meu único foco. Para aprender primeira coisa que o aluno precisa é ser frequente na escola”.

Para Piaget (1990), o processo de aprender pode ser definido como:

Uma construção contínua, comparável à edificação de um grande prédio que, na medida em que se acrescenta algo, ficará mais sólido, ou à montagem de um mecanismo delicado, cujas fases gradativas de ajustamento conduziram a uma flexibilidade e uma mobilidade das peças tanto maiores quanto mais estável se tornasse o equilíbrio (p.12)

O autor compara a aprendizagem a uma construção, onde, paulatinamente, vão sendo acrescentadas novas peças, tornando possível o crescimento da obra. Assim também é a aprendizagem humana. A cada dia aprende-se mais. Hoje já se sabe mais do que ontem e amanhã certamente há de se saber mais que hoje. Essa forma de ver a aprendizagem é consonante com o que afirmou a professora Beatriz, que acredita que a toda hora se aprende. Ainda sobre esse processo, a professora faz referência às estratégias que elabora e que considera eficazes para a aprendizagem de seus alunos:

“Em alguns casos fico muito satisfeita, até mesmo porque não considero a aprendizagem só conteúdos, penso que pra muitas crianças a aprendizagem em relação a vida vai muito além dos conteúdos escolares e me esforço mais acredito que talvez eu possa melhorar em alguma coisa.”

Aqui, confirma-se mais uma vez que a professora tem uma visão ampliada a respeito do que é aprender, considerando que não se trata apenas de apreender conteúdos, mas, de

aprender coisas para a vida, algo que é, por assim dizer, a função social da escola. Percebe-se, também, a sua satisfação no trabalho que realiza, ainda que reconheça a possibilidade/necessidade de aprender um pouco mais para melhorar a sua prática pedagógica. Em concordância com Beatriz, a coordenadora Denise afirma que:

“Considero as estratégias elaboradas por meus professores eficazes para inclusão escolar.”

Para Vygotsky (1989), é na relação com a professora e com seus colegas, durante o processo de ensino aprendizagem, que qualquer criança aprende novas formas de refletir sobre o mundo. Após ter realizado estudos com crianças deficientes, o autor afirmou que elas seguem as mesmas leis genéticas gerais de desenvolvimento das outras crianças, mas que necessitam de caminhos alternativos, meios indiretos de construção do conhecimento. Mais uma vez reafirmando a ideia de que cada um tem um jeito de aprender, independente de se ter deficiência ou não, o autor demonstra que é necessário que os professores sempre repensem suas práticas pedagógicas (que não as engessem), e que criem alternativas para que os alunos sejam estimulados a pensar, a criar soluções para os problemas, e não apenas realizem treinos repetitivos muitas vezes sem sentido para eles. Analisando-se a narrativa da professora regente a essa e às questões respondidas anteriormente, acredita-se que a sua visão a respeito do que seja aprender contribua para que ela dinamize o processo de aprendizagem de modo criativo, com adequações sempre que necessário.

Ainda sobre aspectos relacionados à aprendizagem, questionou-se à professora Beatriz a respeito do que ela considera como necessário para que um aluno com necessidades educacionais especiais aprenda. Para essa questão, respondeu:

“A primeira coisa ele precisa ser frequente na escola, também precisa em alguns casos fazer uso de medicamento e auxílio da família e de todas as pessoas envolvidas no contexto escolar.”

Nota-se que a professora associa o processo de aprendizagem à frequência do aluno na escola, salientando a importância da adesão ao tratamento e do suporte da família, aspectos que são indiretos, mas que certamente influenciam nas questões escolares. Em atenção ao suporte familiar, tanto no processo de inclusão quanto nos demais processos de ensino, acredita-se que seja muito importante a participação da família, visto que é ela quem atua em

conjunto com a escola no que se refere aos processos de aprendizagem e desenvolvimento. A esse respeito, Kelman (2010) afirma que:

Quando a família está envolvida na execução de algum tipo de tarefa complexa ou quando faz planos para o futuro, estão desempenhando atividades permeadas por processos proximais. O desenvolvimento humano ocorre, permeado por esses processos progressivos de interação duradoura entre o organismo biopsicológico, as pessoas, objetos e símbolos, em seu ambiente e em períodos estendidos de tempo. (p. 43)

Baseado na afirmação da autora, verifica-se o quanto é importante a participação dos membros da família para o desenvolvimento humano, e, conseqüentemente, para a aprendizagem. Para tanto, ratifica-se, aqui, a necessidade de que a escola crie espaços dialógicos com os pais e com a comunidade, a fim de esclarecer questões afetas à escolarização, mas, também, a respeito da inclusão escolar. Essa aproximação, além de esclarecer dúvidas, certamente proporcionará uma melhor relação entre esses atores, que poderão encontrar, juntos, alternativas para o enfrentamento de problemas que poderão surgir ao longo do processo.

Outro questionamento que se relaciona ao processo de aprendizagem diz respeito ao que precisa ser feito para que uma pessoa com necessidades educacionais especiais aprenda (e que atitudes um professor precisa ter para facilitar essa aprendizagem). Em resposta a esses questionamentos, Beatriz afirmou:

“Primeiro é necessário que o professor tenha a ajuda de especialistas clínicos pra ajudar a compreender porque são mais de seis mil problemas existentes hoje no contexto escolar. Toda vez que aparece um novo caso o professor tem que procurar caminhos pra encontrar o jeito ajudar essa criança então, é muito difícil conseguir encontrar a atitudes corretas, mas, para mim, a primeira atitude é aceitar a criança como ela é”.

A professora ressalta a importância da aceitação da condição do aluno e da parceria da educação com a área da saúde, a fim de diagnosticar e direcionar o trabalho pedagógico. Ao mesmo tempo, menciona o sentimento de solidão em que se encontra o profissional no dia a dia de sua prática, o que se manifesta por meio da sensação de impotência no trato com o aluno diante da necessidade de desenvolver as suas potencialidades. Ainda a esse respeito, a Beatriz acrescenta: *“A dificuldade maior é que o professor está sozinho nesse “barco”*

porque a ideia é muito positiva mas pra isso é necessário ampliar os atendimentos especializados e é muito burocrático”.

Souza (2005) afirma que na inclusão escolar a instituição deve se adaptar às necessidades do aluno, considerando os vários estilos e ritmos de aprendizagem, procurando assegurar uma educação de qualidade por meio de um currículo apropriado; modificações organizacionais; estratégias criativas de ensino; uso de recurso e de parcerias com a comunidade. A sensação de desamparo de Beatriz parece legítima quando se pensa que incluir vai além de discursos inclusivos. Trata-se de um trabalho que exige a participação de todos, sem exceção, conforme foi mencionado anteriormente e segundo que possível identificar através do trecho abaixo, extraído da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994):

Cada escola deveria ser uma comunidade coletivamente responsável pelo sucesso ou fracasso de cada estudante. O grupo de educadores, ao invés de professores individualmente, deveria dividir a responsabilidade pela educação de crianças com necessidades especiais. Pais e voluntários deveriam ser convidados assumir participação ativa no trabalho da escola. Professores, no entanto, possuem um papel fundamental enquanto administradores do processo educacional, apoiando as crianças através do uso de recursos disponíveis, tanto dentro como fora da sala de aula. (p. 9).

Pelo exposto na referida declaração, confirma-se o quão fundamental é o papel do professor, ao mesmo tempo em que também se reafirma que ele não deve atuar sozinho no processo de inclusão. Para que ela aconteça realmente é necessário um trabalho conjunto.

Observando-se as questões aqui expostas, verifica-se que a prática pedagógica da professora regente é organizada a partir da perspectiva inclusiva, levando em conta as dificuldades apresentadas pelo aluno João e preocupando-se em oferecer-lhe o auxílio necessário. Nota-se que as dificuldades vivenciadas pela referida professora se assemelham às mencionadas pela mãe do aluno, especialmente no que se refere ao seu humor (que oscila, em vista do diagnóstico apresentado por ele). Para lidar com as limitações apresentadas por João, Beatriz informa ter investido em pesquisas sobre o tema, na intenção de aprender como deveria planejar e dinamizar as aulas.

Em se tratando do processo de aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, a professora faz referência à frequência do aluno na escola, salientando a importância da adesão ao tratamento e do suporte da família, aspectos que são

indiretos, mas que certamente influenciam nas questões escolares. Ressalta a importância da aceitação da condição do aluno e da parceria da educação com a área da saúde, a fim de diagnosticar e direcionar o trabalho pedagógico. Ao mesmo tempo, menciona o sentimento de solidão em que se encontra o profissional no dia a dia de sua prática, já que muitas vezes não há conhecimento técnico adequado a respeito dos diferentes quadros apresentados.

Partindo dessas reflexões, o sub-tópico a seguir aborda a questão da formação docente e dá continuidade à organização da prática pedagógica direcionada para o contexto da inclusão escolar na Escola Cantinho do Paraíso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o processo de inclusão escolar a partir da prática pedagógica docente na Escola Cantinho do Paraíso. Além disso, esperava-se compreender a concepção da equipe pedagógica a respeito da inclusão e analisar como se organiza a prática pedagógica docente em classes inclusivas. Fundamentou-se na abordagem qualitativa, tendo como instrumentos a entrevista semiestruturada, a observação da prática docente e a análise do Projeto Político Pedagógico.

O estudo revelou que as professoras entrevistadas percebem a inclusão como um processo que visa a participação de todos os alunos, independentemente do tipo de necessidade educacional especial apresentada. Notou-se que o comportamento da professora regente em sala corrobora com aquilo que ela afirma a respeito do referido conceito, e que o Projeto Político Pedagógico da instituição estabelece que o atendimento às diferenças e necessidades específicas de cada aluno, garantindo o direito a uma educação que seja eficaz, embora não haja projetos voltados para alunos com necessidades educacionais especiais. Verificou-se, ainda, que a experiência inicial das professoras provocou um misto de ansiedade e de apreensão, e que elas percebem a necessidade de uma capacitação para lidar com alunos em situação de deficiência.

Em se tratando da mãe do aluno com necessidades educacionais especiais, observou-se que ela não tem um conceito claro a respeito da inclusão, relacionando-o, apenas, à presença de uma professora de apoio, exclusiva para seu filho. Percebe-se a importância da escola esclarecer informações à família das pessoas com desenvolvimento atípico, a fim de que elas se apropriem de seus direitos e possam colaborar com a escolarização de seus filhos.

Analisando-se como se organiza a prática pedagógica docente na referida escola, observou-se que a professora regente leva em conta a perspectiva inclusiva, partindo das dificuldades apresentadas pelo aluno e preocupando-se em oferecer-lhe o auxílio necessário. Nota-se que as dificuldades vivenciadas pela referida professora se assemelham às mencionadas pela mãe do aluno, especialmente no que se refere ao seu humor (que oscila, em vista do diagnóstico apresentado por ele). Para lidar com as limitações apresentadas por João, a professora regente informou que investe em pesquisas sobre o tema, na intenção de aprender como deve planejar e dinamizar as aulas.

Em se tratando do processo de aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, a professora regente faz referência necessidade de que o aluno

frequente regularmente as aulas, salientando a importância da adesão ao tratamento e do suporte da família - aspectos que são indiretos, mas que certamente influenciam nas questões escolares. Além disso, ressalta a importância da aceitação da condição do aluno e da parceria da educação com a área da saúde, a fim de diagnosticar e direcionar o trabalho pedagógico. Ao mesmo tempo, menciona o sentimento de solidão em que se encontra o profissional no dia a dia de sua prática, já que muitas vezes não há conhecimento técnico adequado a respeito dos diferentes quadros apresentados.

Analisando-se os aspectos relacionados ao processo de inclusão na Escola Cantinho do Paraíso, nota-se que a professora regente atribui, ao curso de graduação, um importante papel na sua atuação, tendo em vista que essa experiência, segundo ela, oportunizou o diálogo com outros professores sobre questões relacionadas à inclusão. Além disso, mencionou a relevância dos cursos de capacitação oferecidos pelo Governo Federal como auxiliares à sua prática diária. Para a coordenadora da escola, a formação do professor tem o papel de instrumentalizá-lo com relação aos distúrbios do comportamento, algo que pareceu uma visão minimista relacionada à essa questão.

Para atuar no contexto da inclusão, a professora regente considera que seja necessário, ao professor, aceitá-la, assim como também acredita ser importante que ele aceite o aluno como ele é, na sua singularidade. Para a coordenadora, o professor regente depende do professor especializado para que sua atuação aconteça com eficácia, discurso que também se fundamenta nas leis relativas à inclusão. Em se tratando da capacitação, ambas as entrevistadas a consideram como importantes para a tomada de decisões ao longo do processo, algo que também é ratificado pelas referidas leis. Em atenção ao Projeto Político Pedagógico da Escola, verifica-se que nenhum deles está direcionado para alunos em situação de deficiência, embora seus objetivos contemplem ações relacionadas à inclusão. Isso pode demonstrar que, embora a escola se proponha inclusiva, ainda não consegue implementar ações concretas relacionadas à inclusão, que envolvam todos os alunos, em respeito à diversidade.

Reafirma-se que o objetivo aqui não foi propor um novo modo de se conceber a inclusão escolar, mas, identificar como os atores da escola estão percebendo esse processo, e de que forma esse saber influencia na prática realizada pelo professor regente. Acredita-se que uma das limitações aqui identificadas refere-se ao curto período no qual o estudo foi realizado. Além disso, acredita-se que, em vista do enfoque dado ao estudo, pouco se

aproveitou as narrativas da mãe de João, o que pode ser feito em um outro estudo, que pretenda aprofundar a temática aqui apresentada.

REFERÊNCIAS

- ALVES F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio.** Rio de Janeiro, WAK EDITORA, 2009.
- BEYER, H. O. **Educação Inclusiva ou Integração Escolar? Implicações Pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas.** IN: III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educação. Ensaios Pedagógicos: Educação Inclusiva Direito à Diversidade, Secretaria de Educação Especial, 146 p.2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394,** de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.
- CARMO, A. A. **Inclusão escolar – roupa nova em corpo velho. Integração.** Brasília: MEC/SEESP, ano 13, n. 23, p. 43-48, 2001.
- CARNEIRO, R. Sobre a Integração de Alunos Portadores de Deficiência no Ensino Regular. **Revista Integração.** Secretaria de Educação Especial do MEC, 1997.
- Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID – 10: **Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais,** 1994, Salamanca-Espanha.
- DELORS, J. (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2001.
- FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações.** 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 13. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GARCIA, R. M. C. **O Conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional.** In: Jesus, D. M. e col. (Org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa** Porto Alegre: Mediação, 2007.
- GONZÁLEZ-REY, F. **Epistemologia Cualitativa y Subjetividad.** EDUC: São Paulo, 1997.
- _____ **Pesquisa qualitativa e subjetividade: Os processos de construção da informação.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005^a.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** 5^a edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

KELMAN, A.C, Sociedade, educação e cultura. In MACIEL, A. D., BARBATO, S., **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar**, Brasília, Editora UnB, 2010.

KRAEPELIN, E. In: PORTO, J. A. D. Evolução do conceito e controvérsias atuais sobre o transtorno bipolar do humor. São Paulo, **Revista Brasileira de Psiquiatria** vol.26 suppl.3 Out. 2004. p.4.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2007.

LÜDKE, M. & André, M. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2002.

MENDES, E. G. Construindo um “lôcus” de pesquisas sobre inclusão escolar. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. **Temas em educação especial: avanços recentes**. São Carlos: Ed UFSCAR, pp.221-230, 2004.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: HUNITEC/ABRASCO, 1994. 269 p.

MIRANDA, A. A. B. **A prática pedagógica do professor de alunos com deficiência mental**. Tese de doutorado em Educação. Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba-SP, 2003.

MIRANDA, P. S. S. M. **Brincar e movimentar-se. Atividades lúdicas atendem necessidades psicomotoras das crianças**. n. 93, Cpoec, n. 93, p. 9-13, jan./mar. 2008.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Editora: Artmed, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, M. K. **Pensar a educação: contribuições de Vygotsky**. In: Piaget-Vygotsky: novas contribuições para o debate. São Paulo: Ática, 1988. p. 51-81.

PACHECO, J. **Série não rima com inclusão**. Disponível em:
<http://www.sescpr.com.br/imagesapps/files/educasesc.conteudo_101_artigo.pdf> Acesso em: abril 2009.

PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária Ltda, 1990, p.12.

RESOLUÇÃO Nº 2 DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 - CEB/CNE – Institui **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**.

RODRIGUES, D., “Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva” In: _____(org.) “Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva”, S. Paulo. Summus,2006.

_____ **Educação e Diferença: Valores e Práticas para Uma Educação Inclusiva.** Porto – Portugal: Editora Porto, 2001.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____ **Inclusão: O paradigma do século 21. Inclusão - Revista da educação especial.** Brasília – DF. Outubro, 2005.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2ª edição. São Paulo: EPU, 1987.

SERRA, D. C. G. **Teorias e práticas da psicologia institucional.** 1ª ed. Iesde, P.19. Curitiba, 2006.

SILVA, M. O. E. **A análise de necessidades na formação contínua de professor: Um contributo para a integração e inclusão dos alunos 71 com necessidades educativas especiais no ensino regular.** São Paulo: AVERCAMP, 2003. p. 53-69. BBE.

SOUZA, A. et al. **Inclusão: História, conceitos e problematização.** Brasília: CFORM/UNB: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica –MEC/SEB, 2005

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

STAINBACK, S., STAINBACK, W. **Inclusão, um guia para educadores.** São Paulo: Artved, 1999. 435 p.

VASCONCELLOS, C.S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e Projeto Educativo.** São Paulo, Libertad, 1995.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Ed. Rio de Janeiro. 1997

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PROFESSOR REGENTE

1. Qual a sua idade e formação inicial?
2. Você realizou alguma especialização? Qual?
3. Há quanto tempo você trabalha como professora do ensino fundamental?
4. O que você entende por inclusão escolar?
5. Há quanto tempo atua no contexto da inclusão?
6. Como se sentiu quando iniciou essa experiência?
7. Com quais tipos de necessidades educacionais especiais você tem trabalhado?
8. Foi necessário realizar alguma mudança na sua forma de planejar as aulas e de dinamizar conteúdos? Em quais aspectos?
9. Na sua opinião, o que é aprender?
10. O que você considera necessário para que pessoas em situação de deficiência aprendam em sala de aula?
11. Que atitudes um professor precisa ter para facilitar a aprendizagem?
12. O que o aluno precisa fazer para aprender?
13. Em que medida a sua formação inicial (graduação/licenciatura) contribuiu para a sua atuação no contexto da inclusão? E a especialização? (se tiver feito).
14. Quais as dificuldades que você identifica nesse processo?
15. O que você considera necessário para um professor atuar no contexto da inclusão?
16. Você considera as estratégias elaboradas por você eficazes para a aprendizagem dos seus alunos?
17. Acredita que poderia melhorar em algum aspecto?
18. Qual a sua relação com os profissionais do atendimento educacional especializado desta escola?
19. Qual a sua opinião a respeito da sala de recursos e da participação de acompanhantes nos casos de alunos com necessidades educacionais especiais?
20. Mais alguma consideração a fazer?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COORDENADOR ESCOLAR

1. Qual a sua idade e formação inicial?
2. Você realizou alguma especialização? Qual?
3. Há quanto tempo você trabalha nesta escola?
4. Que função exerce atualmente?
5. O que você entende por inclusão escolar?
6. Há quanto tempo está escola atende pessoas com necessidades educacionais especiais?
7. Quais são as necessidades especiais mais comuns nesta escola?
8. Foi necessário realizar alguma mudança na sua forma de gerir a escola em vista dos alunos com necessidades educacionais especiais? Em quais aspectos?
9. Na sua opinião, é necessário ter um conhecimento especializado para atuar com alunos com necessidades educacionais especiais?
10. Que papel você atribui à formação continuada quando se trata da atuação do professor com alunos em situação de deficiência?
11. Há algum projeto da escola que seja direcionado para alunos em situação de deficiência? Que mudanças você considera que ainda sejam necessárias na escola para melhor atender aos alunos em situação de deficiência?
12. Quais as dificuldades que você identifica nesse processo?
13. Que dificuldades você acredita que a escola enfrentou ou tem enfrentado para que o processo de inclusão se torne possível?
14. Que atitudes são necessárias ao professor para viabilizar a aprendizagem dos alunos em situação de deficiência?
15. Que tipo de suporte é oferecido pela direção da escola aos professores que atuam com alunos em situação de deficiência? São suficientes?
16. Você considera as estratégias elaboradas por seus professores eficazes para a inclusão escolar?
17. Mais alguma consideração a fazer?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO COM OS PAIS

- 1) Qual é a idade do (a) filho (a) de vocês?
- 2) Qual a ordem de nascimento dele (a) em relação aos irmãos? (primeiro, segundo, terceiro filho?)
- 3) Qual é o diagnóstico dado pelos médicos?
- 4) Como vocês tiveram o diagnóstico?
- 5) Que idade ele (a) tinha?
- 6) Como é ser pai/mãe de um filho com necessidades especiais?
- 7) Qual a maior dificuldade que vocês enfrentam na escola?
- 8) Em quantas escolas ele (a) já estudou?
- 9) Como é a relação de vocês com a escola em que ele (a) estuda hoje?
- 10) Na sua opinião, qual a importância dele (a) frequentar a sala de aula regular?
- 11) Que dificuldades você percebe que ele (a) enfrenta em relação à interação com os demais colegas?
- 12) Que benefícios você identifica que os outros alunos podem ter ao conviver com um aluno com necessidade educacional especial?
- 13) Ele (a) apresenta alguma dificuldade no processo de aprendizagem dos conteúdos? Quais?
- 14) Há alguma matéria na qual ele (a) tenha mais facilidade? Quais?
- 15) Na sua opinião, quais aspectos facilitam a inclusão dele (a) na escola?
- 16) Quais aspectos você acredita que precisam ser modificados para favorecer a inclusão dele na escola?
- 17) Em relação às modificações que precisam ser feitas, no que a direção da escola pode colaborar?
- 18) Em relação às modificações que precisam ser feitas, no que o professor regente pode colaborar?
- 19) Gostaria de acrescentar algo mais?

ANEXOS

ANEXO A – ACEITE INSTITUCIONAL



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____, diretora da escola _____ está de acordo com a realização da pesquisa Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais no Ensino Regular: Um Olhar para a Prática Pedagógica, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) Andreliana Lopes Pereira, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre Fernanda Rodrigues Guimarães.

O estudo envolve a realização de entrevistas, observações e filmagens do atendimento realizado na sala da professora regente de turma do 3º ano, _____. A pesquisa terá a duração de uma semana com previsão de início em 08/09/10 e término em 11/09/15.

Eu, _____, diretora responsável pela escola _____, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

Nome do (a) responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

ANEXO B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre A Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Regular. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como respostas do questionário, gravações e observações das aulas ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (031) 88427228 ou no endereço eletrônico laracordeiro2@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração. Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário: _____

E-mail(opcional): _____

ANEXO C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações e questionários.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como respostas do questionário, gravações e observações ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____
 E-mail(opcional): _____

ANEXO D: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Coordenador(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre A Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Regular. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como respostas do questionário, gravações e observações das aulas ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Coordenador(a)

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____